

POSIÇÃO DO PT

O balanço da eleição e o que fazer frente ao novo governo eleito é o que discutem os dirigentes petistas

PÁGINAS 2, 4 E 5

2º TURNO

A Frente Brasil Popular, que já elegeu Miguel Arraes em Pernambuco, disputa agora mais quatro Estados

PÁGINA 11

COMO COLLOR



Veja como o governo PSDB/PFL dará continuidade ao neoliberalismo, experimentado em outros países da América Latina

PÁGINAS 6, 7 E 12

PLANO REAL

O economista Paulo Nogueira Batista explica por quê o Real derrotou a Frente

PÁGINAS 8 E 9

LEGENDA

O PT conseguiu expressiva votação de legenda. Ele continua maior que qualquer dos seus candidatos

PÁGINAS 3 E 10

GOVERNO FHC: OPOSIÇÃO PRA VALER



LULA VOTA NO DIA 3 DE OUTUBRO EM SÃO BERNARDO, DISPUTANDO ATÉ O ÚLTIMO MOMENTO O PROJETO DA FRENTE BRASIL

BRASIL AGORA

ANO II, Nº 65 - 14 A 29 DE OUTUBRO DE 1994 - R\$ 2,00

DUAS MULHERES NO SENADO

Dos quatro senadores eleitos pelo PT, há duas mulheres. Benedita Souza da Silva estourou no Rio de Janeiro, com dois milhões de votos, tornando-se a primeira senadora negra do Brasil. E Maria Osmarina Silva — uma cabocla invocada — foi eleita senadora no Acre, com 64.436 votos.

As duas Silva, com sobrenome idêntico e passado semelhante, prometem botar fogo no picadeiro do Congresso.

Favelada, faxineira, lavadeira, cozinheira. Benedita, ou Bené, como é mais conhecida — uma cinquentona, com dois dos cinco filhos vivos — nasceu nas palafitas da Praia do Pinto, trabalhou para casas de família do mais “alto gabarito social”, como a do presidente Juscelino Kubitschek. Mas passava fome. E sempre se indignava.

Quando o PT foi formado, Bené foi uma das fundadoras. Trabalhou na Pastoral das Favelas e nas comunidades de base das favelas cariocas. Em 1988, foi eleita vereadora e, dois anos depois, tornou-se deputada federal. Em 1992, recebeu 1,3 milhão de votos em sua campanha para a Prefeitura do Rio.

No Acre, Maria Osmarina da Silva — ou Marina —, casada, 35 anos, quatro filhos, nasceu no seringal “Bagaço”. Tal como a Bené, trabalhou muito tempo como empregada doméstica, enquanto participava das comunidades de base acreanas. Em 1988, foi eleita vereadora em Rio Branco, capital do Estado. É professora, formada em História, e se tornou a primeira mulher do Acre a eleger-se para o Senado. Ambas trabalharão junto com Lauro Campos, de Brasília, e José Eduardo, de Sergipe.



SEM CERIMÔNIA

Covas e Fernando Henrique abraçados por seu coreligionário de campanha Afanázio Jazadi, deputado estadual por São Paulo, agora reeleito. Entre outras virtudes, o deputado Jazadi se destaca por sua ferrenha campanha pela aprovação da pena de morte

SÃO PAULO E O BRASIL EM BOAS MÃOS NA MAIS LEGÍTIMA DEFESA DO POVO





A CRISE NOS HOSPITAIS



Parabéns

Prezados senhores
A diretoria do Sindicato dos Médicos acusa o recebimento de exemplar do jornal publicado por essa editora, edição de agosto de 94, parabeniza V.Sas. pela qualidade do material e agradece a atenção.

Sendo só para o momento, subscreve-se

Atenciosamente,
SINDICATO DOS MÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL
FILIADO À CUT E À FENAM

Nosso Brasil Agora

Alerta geral - urgente
Ou atingimos a fronteira final (a imprensa), ou mais uma vez morreremos na praia (na beira, perdemos a eleição). Ou ainda, ganharmos e não levamos (como foi o caso do governo Erundina, que foi bom, mas pelas distorções da imprensa, não foi devidamente reconhecido pela população).

Esta carta é destinada a José Américo Dias, Rui Falcão, Plínio de Arruda Sampaio, Tilden Sampaio, Hélio Bicudo, Suplicy e José Dirceu.

Repetimos mais uma vez a nossa grave falha no processo eleitoral. Abordamos as consequências (plano Real, FHC, etc) e

não as causas das nossas dificuldades (a atuação da imprensa, dando oxigênio a eles e tirando o nosso oxigênio).

A grande psicologia do voto é infalível para a grande maioria da população: vota-se segundo as versões e não segundo os fatos.

Tento agora responder a pergunta do José Américo (como, na prática, minimizar a influência eleitoral da grande imprensa?). Com uma abordagem habilidosa, já que eles são mais poderosos. (...)

Criar um espírito crítico na população em relação aos meios de comunicação. (...)
MARCIO ZEQUI DE OLIVEIRA
AVARÉ - SÃO PAULO

NR: A ÍNTEGRA DESSA CARTA FOI PASSADA AOS RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA ELEITORAL GRATUITO, PARA CONHECIMENTO DAS SUGESTÕES. ACHAMOS INTERESSANTE A SUA PUBLICAÇÃO NESTE MOMENTO PARA AJUDAR NA AVALIAÇÃO DA CAMPANHA. TOMAMOS A LIBERDADE DE NÃO PUBLICAR A ÍNTEGRA, POR SEREM OS TRECHOS CORTADOS, QUESTÕES LIGADAS AO MOMENTO ELEITORAL JÁ PASSADO.

Viva a ideologia!

Me vi — reconheço que é um erro de gramática horroroso começar um texto com pronome oblíquo — bonito. Meu reflexo na parede espelhada, que cerca o saguão do prédio onde moro, mostrava o mesmo homem: bar-

rigão à mostra, pernas finas, cabeça grande, cabelos espetados, o mesmo nanico rechonchudo e cabeçudo. Só que dentro de uma camiseta de um partido trabalhista, envolto em uma redoma de cívismo, coberto de patriotismo, eu parecia diferente. Garboso, ainda que cheio de peçoços, com pelancas despencando pelas bochechas, rugas ao redor dos olhos e suando em bicas. Passei o dia fazendo boca de urna pelo meu candidato. Distribuí panfletos, entreguei bandeirinhas, vendi buttons às porradas, troquei palavras de baixo calão com militantes mercenários desafetos. Pinte os canecos. Agora, depois de horas e horas em pé, debaixo de um sol escaldante, chego, detonado, e me vejo refletido. Desta vez sem paletó, sem gravata, de bermuda e de camiseta Hering estampada com as cores do meu partido. Estou numa beleza que transcende às minhas deformações físicas. Hoje sou um belo estranho, com alma. Feliz por descobrir que tenho garra, valores e competência moral.

ARISTOCLES COUTINHO DE MOURA LIMA
SÃO PAULO - CAPITAL

Palavras cruzadas reais



HORIZONTAIS

- 1- Ficou bem menor depois que FHC foi ministro
- 2- País maior interessado e que ditou o plano FHC
- 3- Tipo de pão que a "moeda forte" não consegue comprar
- 4- Apoiou os governos da ditadura militar, Sarney, Collor e é o vice de FHC
- 5- O que correligionários de FHC farão para trazer de volta a inflação
- 6- Empreiteira sempre envolvida em corrupção e que apoia FHC
- 7- Relativo àquilo que é mulinha e tem o pé na cozinha

VERTICAIS

- 1- Espanto, sentimento do povo quando recebe o salário depois do Real
- 8- Artigo definido feminino plural
- 9- Saudação esotérica que candidato ateu faria para ganhar votos
- 10- Mistura de água e terra que fica no palanque quando tem gente de PFL, PTB, UDR, indicados da CPI, etc. (plural forçado)
- 11- Sindicalista oportunista que ainda vai apoiar FHC (iniciais)
- 12- Qualidade de campanha eleitoral que é feita com dinheiro de empreiteiras, banqueiros e latifundiários

- 13- Instituto dos Seguidores de Collor - poderia ser a sigla da coligação de FHC
- 14- A inflação vai dar no Real logo após as eleições com os banqueiros no poder (futebol)
- 15- Aroma desagradável do palanque de FHC (antônimo)

SOLUÇÃO:

- Horizontais: 1- Salário, 2- USA, 3- Ló, 4- Maciel, 5- Tramas, 6- OAS, 7- Cor
Verticais: 1- Susto, 8- As, 9- Ra, 10- Lamas, 11- AM, 12- Rica, 13- ISC, 14- Olé, 15- Olor

DE UM LEITOR DE SÃO PAULO

CRÔNICA

LUIZ TADEO

Metamorfose

FOI ATÉ O BANHEIRO E OLHOU-SE NO ESPELHO. ESTRANHOU ENCONTRAR UMA OUTRA CARA NO LUGAR DO ROSTO QUE CONHECIA DESDE OS TRÊS ANOS DE IDADE. SEUS CABELOS, QUE COMEÇAVAM A AGRISALHAR, ESTAVAM BRANCOS...

iria reconhecê-lo? Que diriam os amigos, os colegas professores?

Sentia-se um personagem de Kafka e deu graças a Deus (de repente começara a ter uma religião) não ter virado uma barata.

Começou a vestir-se e constatou que não cabia nas roupas. Com muita dificuldade conseguiu entrar num velho terno.

- Aquele desgraçado não podia ter feito um regime? - pensou.

Na garagem ordenou ao motorista que o levasse depressa ao aeroporto.

- O doutor vai à Brasília? - bajulou o empregado.

FHC não respondeu. Não sabia o quê. De repente sentira um impulso enorme de ir à Bahia. E uma vontade inusitada de comer vatapá.

Achou que estava sendo ridículo emudou de voo. Foi à Brasília e pediu uma

Certa manhã Fernando Henrique Cardoso acordou e viu-se transformado em Antônio Carlos Magalhães. - Logo nele? - pensou apavorado - que irão dizer de mim? Um sociólogo de esquerda (espera lá! de centro-esquerda) com idéias expressas em 20 livros que não deixam dúvidas sobre minhas posições...Estou perdido.



Vagou pela casa, retomou o livro que estava lendo na véspera, mas não conseguiu concentração suficiente para continuar a leitura. Olhou para a mulher, ainda na cama. - Ainda bem que ela continua dormindo. Ela nunca simpatizou muito com a figura.

Continuou o raciocínio interrompido.

- Não são apenas os livros. Os anos de exílio? E a luta para fundar um partido nem ao céu, nem tanto à terra, que fizesse da neutralidade um programa de luta?

Foi até o banheiro e olhou-se no espelho.

Estranhou encontrar uma outra cara no lugar do rosto que conhecia desde os três anos de idade. Seus cabelos, que começavam a agrisalhar, estavam brancos, ralos, bem rentes ao couro (cabeludo?) com uma coroa no cocoruto, como padres de antigamente. Não, não era o mesmo que trocar de camisa. Era um avatar completo. Será que alguém

audiência ao Presidente. Confessou que ia aceitar a proposta. Ia ser candidato.

- Você não tem medo do PFL? - quis saber o presidente, afastando a mecha de cabelos, que lhe tapava os olhos.

- Eu sou PFL - respondeu Fernando com orgulho.

- Você mudou de partido? Cuidado com a legislação eleitoral.

Uma semana depois estava integrado ao novo papel. Fez amizades incríveis. Reclamou um pouco quando quiseram lhe impingir Marco Maciel. Durante dois dias sofreu como quando era Fernando Henrique Cardoso. Mas, como no médico e o monstro, o monstro sempre era o mais forte. Forte? Era irresistível?

- Sabe de uma coisa-disse uma noite à mulher, na cama, enquanto depunha o Maquiavel na mesinha de cabeceira e apagando a luz - esse Kafka era neurótico e nem mesmo sabia como é gostosa uma cocada.

BRASIL AGORA

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:

MARKUS SOKOL.

DIRETOR:

BRUNO MARANHÃO.

EDITOR:

ALÍPIO FREIRE.

SUBEDITOR:

EMÍLIO ALONSO.

EDITOR DE ARTE:

CACO BISOL.

REDAÇÃO:

ANTÔNIO MARTINS, DILAR AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, IVAN SEIXAS E JOSÉ VITAL MONTEIRO.

ASSISTENTE DA REDAÇÃO:

IVANILDA ALVES.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

FABIANO CAMBRA.

SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:

LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER.

COLABORADORES:

ALAN RODRIGUES, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVES CASTRO, BERNARDO KUČINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CEISO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAES, EMIR SADER, EUGÊNIO BUGGI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FERNANDINHA MAUES, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO AGUIAR, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HÉLIO SILVA, HUGO SCOTTE, ISAAC ARCELUUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ALBÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSON, MARINGONI, MARISSA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, MILTON FOGO, MOUZAR BENEDITO, NELSON RIOS, NUNÁRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOLI, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNELIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO CRITZ, PERSEU ÁBRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTU, RUI FALCÃO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, VALTER POMAR, WALTER OLMO, Wladimir Pomar.

A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA

COMERCIAL:

APARECIDO DIAS DE LIMA

ASSISTENTE E EXPEDIENTE:

VALDECI EVANGELISTA.

PUBLICIDADE/CONTATOS

ESPECIAIS:

FRANCISCO FONTANESI.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS:

ANA MARIA ALVES E EUGÊNIO B. SILVA.

BANCO DE DADOS:

LUIZ CARLOS MEDEIROS.

COORDENAÇÃO DE VENDAS/SP:

HÉLIO SILVA

ASSINATURAS:

RIO DE JANEIRO:

PAULO MORANI,

(021)284.5064.

- Você não tem medo do

PFL? - quis saber o

presidente, afastando a

mecha de cabelos, que lhe

tapava os olhos.

- Eu sou PFL - respondeu

Fernando com orgulho.

- Você mudou de

partido? Cuidado com a

legislação eleitoral.

Uma semana depois

estava integrado ao novo

papel. Fez amizades

incríveis. Reclamou um

pouco quando quiseram

lhe impingir Marco Maciel.

Durante dois dias sofreu

como quando era

Fernando Henrique

Cardoso. Mas, como no

médico e o monstro, o

monstro sempre era o mais

forte. Forte? Era

irresistível?

- Sabe de uma coisa-

disse uma noite à mulher,

na cama, enquanto

depunha o Maquiavel na

mesinha de cabeceira e

apagando a luz - esse

Kafka era neurótico e nem

mesmo sabia como é

gostosa uma cocada.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

ALÍPIO FREIRE - MTB 11.274

COLIGAÇÃO

EM LEGÍTIMA DEFESA DE SEUS PRIVILÉGIOS, AS ELITES QUEREM A PENA DE MORTE



EDITORIAL

BALANÇO DAS ELEIÇÕES E NOVO GOVERNO NEOLIBERAL

Pecamos em não mostrar claramente a oposição dos dois projetos para o país

As eleições presidenciais de 94 fizeram o Brasil viver um dos maiores embates políticos de sua história. Mesmo que não tenha ficado claro para maioria do nosso povo, estas eleições carregavam dentro de si a disputa de dois projetos antagônicos de organização da sociedade. Mesmo não ficando claro que o projeto encabeçado por Lula era o de um Brasil para todos, capaz de integrar de forma ativa na economia os milhões de marginalizados sociais. E que Fernando Henrique capitaneava o projeto seletivo de um Brasil para poucos, fruto do Consenso de Washington para a América Latina.

Aliás, a nossa maior deficiência nessa disputa eleitoral foi não conseguir mostrar a nossa proposta de forma clara para toda a sociedade, nem a sua profunda diferença com o projeto da coligação PSDB/PFL. Em contrapartida, os nossos adversários realizaram a proeza de esconder o verdadeiro caráter da sua proposta durante toda a campanha eleitoral, buscando sempre que possível confundí-la com a nossa.

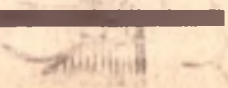
Além desses, outros fatores influenciaram para chegar a este resultado final das eleições. Destaque-se sobretudo a extraordinária adesão da população ao Real, por não termos produzido um trabalho de esclarecimento antecipado, na fase do Fundo Social de Emergência e da TR durante os três meses que antecederam a sua implantação definitiva. E, finalmente, a utilização da máquina governamental e a es-

trutura de propaganda envolvendo todos os veículos de comunicação de massa da grande imprensa, revelam, ao lado das mais diversas manifestações de unidade das classes dominantes em torno da candidatura FHC, o quanto era importante para o grande capital derrotar a candidatura Lula. Eles não suportavam a idéia de um governo democrático-popular que rompesse com a lógica do processo de integração subordinada da economia brasileira ao sistema capitalista mundial, nem com o processo de concentração de renda em curso em nosso país. Eles precisavam dar prosseguimento ao projeto neoliberal que teve seu momento de maior realce durante o governo Collor. Esse processo não podia ser interrompido.

Um balanço das eleições só tem sentido quando nos prepara para um segundo momento, que é o de instalação do novo governo e o enfrentamento das suas políticas. Por isso, não tem o menor valor a discussão sectária que provoca a divisão artificial e despolitizada entre os petistas “com votos” e os “sem votos”, como faz a Folha de S. Paulo e outros órgãos de imprensa das elites dominantes, na tentativa de rebaixar o nosso debate partidário.

Durante a campanha eleitoral, FHC procurou e conseguiu esconder o verdadeiro caráter da sua proposta de governo, que o seu único objetivo era subir a rampa do Planalto. Agora, ele vai assumir o comando político do país e, seguramente, governará seguindo os interesses das forças

UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES SÓ TEM SENTIDO QUANDO NOS PREPARA PARA UM SEGUNDO MOMENTO, QUE É O DE INSTALAÇÃO DO NOVO GOVERNO



que o apoiaram e sustentaram sua candidatura.

Para muitos que ainda cultivam a ilusão de ver o “sociólogo” Fernando Henrique governando o país segundo a ótica da distribuição de renda, é bom dar uma olhada em algumas declarações feitas e medidas concretas que ele adotou como ministro de Itamar.

As providências que precisa tomar para garantir a continuidade do Plano Real não lhe permitem afastar-se dos seus aliados do PFL e PTB. E muito menos dos banqueiros internacionais que, chefiados por Candessus, pretendem monitorá-lo no cumprimento dos acordos do FMI.

O que vai orientar a sua ação é a lógica da reciclagem do capitalismo no Brasil. Ele, em vários momentos, registrou que não vai tocar nos interesses das forças hegemônicas do capital. O seu guia é o Consenso de Washington, que se definiu a estratégia neoli-

beral para a América Latina, com o clássico combate ao déficit público, desregulamentação da economia, privatização e reforma do Estado, para retirar-lhe as funções sociais.

Fernando Henrique adota hoje a linha de que uma economia moderna é socialmente excludente. E de que a assistência social do governo é apenas para aliviar a crise social, enunhando visando integrar as massas trabalhadoras na economia.

A grosso modo, o projeto econômico do novo governo vai ter por base três elementos antipopulares: a manutenção do arrocho, o aumento do desemprego e o sucateamento das pequenas e médias empresas, com o aumento das importações.

Vai intensificar a privatização da economia, buscando liquidar os monopólios estatais estratégicos como: petróleo, energia elétrica e telecomunicações. E continuar atraindo o capital internacional especulativo, com taxas de juros elevadas, como elemento importante para garantir a reserva cambial e a paridade entre o dólar e o real.

Diante desse tenebroso quadro que se anuncia para grande parte do povo brasileiro, está colocado um desafio para a militância petista e as forças democráticas e populares.

Como se preparar para confrontar e derrotar essa tentativa de aprofundamento da miséria social e de nos alienar enquanto nação a ser absorvida pela lógica do ajuste estrutural do sistema capitalista mundial?

BRUNO MARANHÃO

Maior que o partido, a ilusão da mídia

Ninguém desconhece a interferência da mídia no interior dos partidos políticos. Uma velha tática utilizada junto aos partidos populares e de esquerda, tem sido a de promover determinados companheiros por considerá-los “mais acessíveis”. Ou seja: já que os partidos de esquerda existem, é melhor que deles se destaquem aqueles elementos considerados pela mídia mais inofensivos ao sistema e à ordem.

Esse flerte é biunívoco e se mantém, geralmente não só através de compromissos tácitos, como também através da ameaça constante (e também tácita) do escolhido poder a qualquer passo falso cair em desgraça. Às vezes o flerte dá em namoro, noivado e até mesmo concubinato ou, por fim, casamento. Um dos limites de toda essa ambiguidade é o de que o escolhido jamais tente ultrapassar para além dos umbrais das casas legislativas. Essa regra do jogo tem origem na questão de ordem prática do poder em que só se pode eleger um candidato por vez para cada executivo, e a mídia já tem os dos seus

partidos, da sua classe, com quem assumir os laços indissolúveis do matrimônio - embora há pouco mais de dois anos tenhamos assistido a mais um escândalo na corte, tendo o consorte eleito sido repudiado antes mesmo da consumação do mandato.

Quantos casos não conhecemos de parlamentares de partidos de esquerda, tidos e havidos pela mídia como “inteligentes e civilizados opositores” que, no momento em que caem na tentação de se candidatar a algum cargo executivo, passam a ser projetados com uma imagem “menos confiável”?

Ora, não se trata de estigmatizar ninguém, e menos ainda de concluir que qualquer homem ou mulher de esquerda que apareça com certa constância na grande mídia deva ser necessariamente alvo de dúvidas ou suspeitas mais ou menos veladas. As coisas não são bem assim.

No entanto, são esses escolhidos pela grande mídia, aqueles que têm o que se chamou durante algum tempo “voto de jornal” como principal base de ação e eleição.

Consequência previsível desse expediente era a influência da grande mídia nos assuntos internos de tais partidos, tendo em vista o grande volume de votação que os candidatos por ela escolhidos acumulavam. Isto porém era tratado de

forma velada, tácita, formando-se até mesmo pequenas ou maiores redes de cumplicidade no próprio interior das agremiações partidárias.

A era da modernidade decretada pela grande imprensa - facilitada pela defensiva em que a esquerda se tem colocado nos últimos anos —, porém, tudo subverteu: se a noiva não precisa ser uma virgem, para que véu e grinalda? — parecem gritar alguns meios de comunicação, capitaneados por sua vanguarda de classe, a *Folha de S. Paulo*. E entram de sola em cima do PT, para tentar intervir na disputa interna do partido. O grande árbitro impõe-nos agora “o” critério para as decisões internas ao nosso patido: quem decide é quem tem voto!

Quem decide é quem tem voto, repetem em coro noviças rebeldes, liberadas das rígidas virtudes que outrora exigiram de si próprias. Passo seguinte, candidatem-se rapidamente ao grande concurso, hoje muito em voga no interior do PT: quem é maior que o partido? E aí a grande mídia sorri de satisfação, pois “os



maiores que o partido” sonham sempre com uma candidatura a cargo executivo ...

Mas, não duvidemos. A outra face da moeda também existe, igualmente grotesca. Muitos candidatos não eleitos — sobretudo aqueles

que depositaram sua esperança nos puxadores de legenda (alguns dos quais tributários do “voto de jornal”), não escondem ao final da campanha seu ressentimento e culpam a grande mídia por não terem sido eleitos ... acalentando seu pequeno sonho de um dia virem a ser também maiores que o partido.

Enquanto isto, nas juntas apuradoras do país, a legenda do PT recebe milhões de votos de eleitores que confiam no partido e que com esse gesto nos ajudaram a eleger muitos parlamentares. O exemplo do Rio Grande do Sul é talvez o mais irretorquível, graças à sua proporção: Paulo Paim, candidato do PT à reeleição para deputado federal, com 138.558 votos, teve a maior votação (entre os candidatos de todos os partidos) naquele Estado, onde tivemos 160.100 votos na legenda do PT para a Câmara Federal.

A legenda é maior que o PT!

A legenda somos todos nós.

ALÍPIO FREIRE

Ao assinante,

Você, melhor do que ninguém, sente a precariedade com que o nosso **Brasil Agora** tem sido feito. A periodicidade não tem sido cumprida, atraso enorme no recebimento e outros problemas que, muitas vezes, nem aparecem ao leitor. Mesmo assim, a nova equipe de redação tem feito tudo o que pode para garantir um bom produto final.

A empresa editora de **Brasil Agora** passa por muitas dificuldades e quer dar transparência aos fatos e a real situação por que passa. Queremos afirmar também algumas coisas que achamos importante para mantermos um diálogo aberto e franco com nosso público leitor.

1-Desde junho uma nova diretoria está à frente da empresa e

uma nova equipe de redação faz o jornal;

2- A empresa editora de **Brasil Agora** enfrenta uma situação financeira grave. A drástica redução dos subsídios da Direção Nacional do PT, previstos para os meses de junho, julho e agosto, a desastrosa política administrativa que levou à substituição do administrador, somados a antigas deficiências da empresa, quase chegaram a comprometer o projeto;

3- Uma auditoria interna procura dar contornos precisos à situação e abrir caminho para uma nova proposta econômico-financeira que viabilize a editora e o jornal;

4- Nosso projeto inicial de fazer do **Brasil Agora** uma publicação semanal teve que ser adiado. Por isto, nosso jornal continua quinzenal e nada muda para o leitor;

5- Os problemas financeiros dificultaram a manutenção de uma periodicidade mínima, que foi agravada nos últimos tempos, pela falta de gráficas disponíveis durante o período eleitoral;

6- Para sair da situação grave em que nos encontramos, vamos ter que elevar o preço de capa do jornal, que passará a custar R\$ 2,00 (dois reais). Essa elevação do preço em nada altera a relação com os assinantes, que receberão normalmente seus exemplares;

7- A saída da atual situação de dificuldades financeiras certamente levará a uma mudança da política administrativa, mas em nada alterará a linha editorial e política de **Brasil Agora**. Continuamos de esquerda, ligados ao Partido dos Trabalhadores e a todas as causas populares;

8- Queremos lembrar que uma imprensa livre e de esquer-

da é fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. A recente campanha eleitoral nos mostrou isso de uma forma clara e cruel. O papel dos militantes, e dos progressistas em geral, é garantir a existência desse tipo de imprensa. Nossa tarefa é estar a altura desse desafio;

9- Por último, devido a tudo o que foi exposto aqui, pedimos compreensão aos nossos assinantes, que em momento oportuno serão informados de tudo o que se passou durante esse período de dificuldades.

Estamos certos da compreensão de nossos companheiros assinantes.

Bruno Maranhão - Diretor, Alípio Freire - Editor, e toda equipe que produz o Brasil Agora

PERDEMOS. E AGORA?

Avaliação da campanha e as perspectivas futuras na opinião de quatro dirigentes do PT

A VITÓRIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS CRIA UMA NOVA SITUAÇÃO. AVALIAR E DISCUTIR AS RAZÕES DA DERROTA ELEITORAL DE LULA BEM COMO AS BASES DA ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS QUE INTEGRAM A FRENTE BRASIL POPULAR EM FUTURO PRÓXIMO SÃO NECESSIDADES INADIÁVEIS E PONTO DE PARTIDA PARA A CONTINUIDADE DE UMA LUTA QUE NÃO SE ESGOTA COM A CONTAGEM DOS VOTOS. QUATRO DIRIGENTES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, RUI FALCÃO (PRESIDENTE), MARKUS SOKOL (SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO), GILBERTO CARVALHO (SECRETÁRIO GERAL) E JOÃO MACHADO (SECRETÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA) FAZEM SUA AVALIAÇÃO INICIAL SOBRE ESTES TEMAS E DÃO SUA OPINIÃO SOBRE OS CRITÉRIOS QUE DEVEM NORTEAR AS POSIÇÕES DO PT E DA FRENTE NO SEGUNDO TURNO NOS ESTADOS ONDE ELAS OCORRERÃO.

ALÉM DESTES DIRIGENTES, A REPORTAGEM DO **BRASIL AGORA** TAMBÉM PROCUROU OS COMPANHEIROS JOSÉ GENOÍNO, ALOÍSIO MERCADANTE E CÉSAR BENJAMIN (PT), ASSIM COMO ROBERTO AMARAL (PSB), VALÉRIO ARCARY (PSTU) E ROBERTO FREIRE (PPS), PARA FALAREM SOBRE OS MESMOS TEMAS E ENRIQUECEREM O DEBATE. ENTRETANTO, DIFICULDADES NA AGENDA DESSES COMPANHEIROS SOMADAS À EXIGUIDADE DOS PRAZOS DE FECHAMENTO DA EDIÇÃO IMPOSSIBILITARAM A REALIZAÇÃO DESSAS ENTREVISTAS.

MARKUS SOKOL:

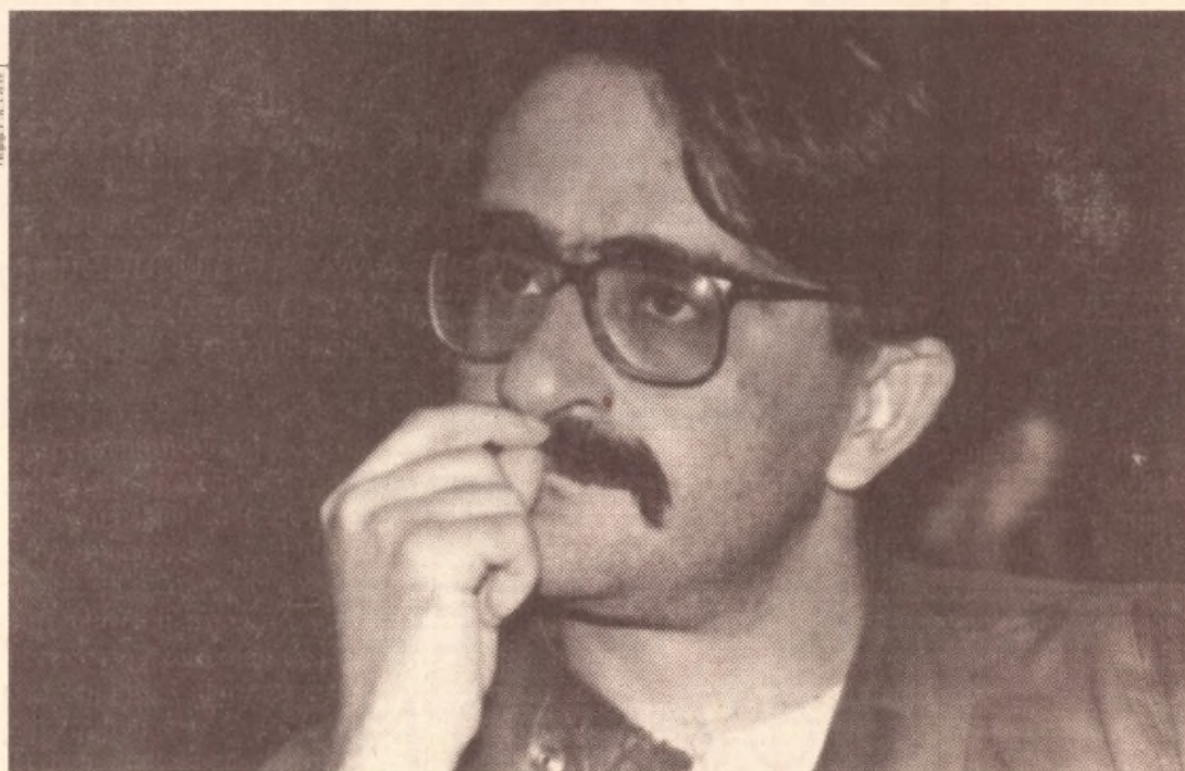
"NUMA DEMOCRACIA, O PAPEL DA OPOSIÇÃO É EXATAMENTE O DE SER OPOSIÇÃO E NÃO O DE FAZER PARTE DO CONSENSO E, NO NOSSO CASO, MUITO MENOS DO CONSENSO DE WASHINGTON"

A que se deve a derrota de Lula no primeiro turno?

Na minha opinião a questão chave foi o Plano Real e nossa posição diante dele. A resposta que o PT e a Frente Brasil Popular deram ao plano foi mais do que ambígua. Em algumas ocasiões dissemos que ele não daria certo, em outras que traria recessão e desemprego, depois falou-se que a estabilização de preços por ele proporcionada era boa, mas precisava ser completada por políticas de cunho social e houve até companheiros que falaram em aperfeiçoar o Plano Real. Tudo isto foi ambíguo e contraditório, ajudou a cimentar a aliança do campo adversário e levou vastos setores sociais a verem no real e no que ele representa uma coisa boa, que merecia ser mantida. Apesar disso quero ressaltar que Lula teve 27% dos votos, uma cifra bem superior aos 16% com os quais passou para o segundo turno em 1989. É um fato significativo, que não deve servir para encobrir a derrota, mas que precisa ser levado na devida consideração. Perdemos e isto é fundamental, mas também crescemos e isto não pode ser esquecido.

Como agir no segundo turno das eleições estaduais?

Nos Estados onde a Frente Brasil Popular concorre no segundo turno com candidatos próprios, o critério para a busca de alianças deve ser a posição das outras forças políticas frente ao governo FHC. Olívio Dutra e Cristovam Buarque apresentaram alternativas. É sintomático assinalar que Antônio Brito começou a cair nas pesquisas no mesmo dia em que manifestou seu apoio a Fernando Henrique. Por isto sou pela colocação deste critério nacional nas eleições estaduais, pois caso contrário cairíamos no vale-tudo eleitoral que só despolitiza, só beneficia os votos brancos e nulos e só desaponta o eleitorado. Nos Estados onde não temos candidato nossa posição deve ser mais prudente ainda. Considero um erro apoiar Mário Covas em São Paulo e considero muito complicado apoiar Garotinho no Rio de Janeiro. Mário Covas não pertence ao setor progressista do PSDB, seu programa de governo dá grande importância para a privatização indiscriminada e à terceirização dos serviços públi-



cos e não temos como apoiar algo deste tipo. O Garotinho tem algumas ligações com a bandidagem que também tornam nosso apoio problemático. Quero ressaltar que não considero o PSDB a mesma coisa que o PDT e também não acho que os dois partidos sejam monolíticos. Nas duas forças existem setores com os quais podemos conversar e trabalhar tranquilamente, mas na eleição o critério norteador das conversas deve ser o nacional, a posição diante do governo FHC.

Qual a posição que deve ser adotada diante do governo de FHC?

Dizem que o PSDB tem uma política pendular, oscilando da direita para a es-

querda e vice-versa. Não vejo isto. Se existe este pêndulo é para bater na nossa cabeça e nos deixar desorientados. Apesar de ter vencido eleições, é um governo minoritário, de acordo com as regras da democracia (diferente de Collor, por exemplo, que foi eleito com a maioria dos votos), não é fruto de um movimento popular e não tem respaldo convicto. Baseia-se no Consenso de Washington, prevendo a privatização e a implantação do modelo neo-liberal. Seu programa é o emendão do Collor. Ao mesmo tempo, é um governo consciente de seus limites e que procurará atrair os movimentos populares e sindicais, sabidamente influenciados pelo PT, para sua órbita. Entretanto sua concepção de

descentralização é o desmonte do Estado, sua visão de autonomia sindical é a visão da FIESP, que consiste na discussão das novas condições de trabalho depois de zerar os direitos conquistados pela classe trabalhadora. O projeto de renda mínima, bastante atraente para nós, servirá para desmontar os programas sociais que ainda existem. Diante de tudo isto qual deve ser nosso papel? de oposição, sem adjetivos. Numa democracia o papel da oposição é ser exatamente oposição. Só falam em oposição sistemática aqueles que querem fazer uma oposição propositiva. Numa democracia a oposição não deve fazer parte do consenso e, no nosso caso, muito menos do Consenso de Washington.



JOÃO MACHADO:

"A BURGUESIA UNIFICOU-SE EM TORNO DE FERNANDO HENRIQUE, ARTICULOU DE FORMA PROFISSIONAL TODOS OS RECURSOS AO SEU ALCANCE, DO APARELHO DE ESTADO AO PLANO REAL E FEZ O MANEJO COMPETENTE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO"

de forma profissional todos os recursos a seu alcance, do aparelho do Estado ao Plano Real e fez o manejo competente dos meios de comunicação. Para enfrentar esta situação seria necessário muito mais do que o prestígio de Lula, que existe, é bom, mas não é suficiente. Teríamos que deixar claro desde o início que estava em jogo um confronto entre nosso projeto e o projeto das elites e dos centros internacionais de poder econômico e financeiro. Também fizemos uma avaliação totalmente equivocada do Plano Real e não percebemos o que a burguesia estava fazendo. Enfim, estávamos preparados para uma situação e aconteceu outra.

Qual deve ser a posição do partido no segundo turno das eleições estaduais?

Temos que tentar ampliar as alianças com os setores que tradicionalmente são nossos aliados ou que revelaram simpatia pela candidatura Lula no primeiro turno, ou pelo menos não manifestaram simpatia pela candidatura de FHC. Assim, creio que o PDT Brizolista

deve ser procurado, ao passo que o PDT de Rossi não. Na Bahia devemos apoiar o candidato que se contraponha a Antônio Carlos Magalhães. Nos outros estados o critério deve ser apoiar aquele que mostrou diferenças com relação a FHC, desde que estas diferenças não tenham sido pela direita. Acho errado apoiar Covas em São Paulo ou Azeredo em Minas Gerais. Ambos fazem parte do núcleo de poder surgido com a eleição de FHC, o que não quer dizer que devemos apoiar seus adversários. Em alguns estados a situação é mais complicada, pois o PSDB tem setores progressistas com os quais é possível nos aliarmos. Nos Estados onde disputamos o segundo turno, principalmente no Distrito Federal, deveremos ter o apoio deste PSDB progressista, mas isto não pode significar nosso apoio a Covas ou Azeredo.

Que posição adotar diante do governo de Fernando Henrique?

Embora surgido de uma dissidência de esquerda do

PMDB, a maior parte dos tucanos foi pouco a pouco passando para a direita e hoje o PSDB é o partido confiável da burguesia brasileira e dos centros financeiros internacionais. É a expressão do conservadorismo moderno. Seus setores progressistas são minoritários e estão cada vez mais isolados. Os gestos de aceno de FHC são tentativas de cooptar o PT e os partidos da Frente para o projeto de implantação do modelo neo-liberal no Brasil. Devemos ter em conta que Fernando Henrique disse que o problema de Collor não era o projeto, mas a ética. Por isto, nossa principal tarefa é formar uma frente consistente de oposição a este projeto conservador com base na defesa da economia e da autonomia nacional, do desenvolvimento com distribuição de renda, da redução das desigualdades. FHC representa a integração subalterna do Brasil à economia mundial, baseado em ilhas de modernidade competitiva. Essa política necessariamente levará a um aumento da exclusão social e não tenho dúvidas que devemos combatê-la.

Por que perdemos?

Embora todos dissessem que as eleições de 94 seriam mais difíceis do que as de 89, que os adversários iriam jogar pesado, de fato tinha-se a idéia de um quadro semelhante: trabalhamos com a idéia de uma burguesia dividida, sem um candidato de confiança, pensamos que ser oposição conse-

qüente era suficiente e renderia votos e que seria possível ganhar as eleições apenas com a força eleitoral de Lula. Muitas vezes o movimento social chegou a ser desconsiderado e fatos importantes foram vistos como "coisas que atrapalham o Lula". O quadro foi totalmente diferente. A burguesia unificou-se em torno de Fernando Henrique, articulou

RUI FALCÃO:

"NOSSA PRINCIPAL PRIORIDADE SÃO OS ESTADOS ONDE A FRENTE DISPUTA O SEGUNDO TURNO. FAREMOS O POSSÍVEL PARA AJUDAR E SOMAR AS CAMPANHAS"

Quais as razões da derrota de Lula?

Houve uma junção do uso da máquina administrativa, da atuação do Poder Econômico e dos meios de comunicação. Também tivemos um plano econômico muito bem urdido para dar a impressão de estabilidade, que na verdade é provisória. O Plano, entretanto, congelou provisoriamente os conflitos sociais e com isto grande parte da população passou a apostar na manutenção do status quo e não na transformação. A coincidência das eleições para presidente, governadores e deputados foi outro fator que dificultou nossa ação conjunta, pois em 1989 a eleição foi solteira. Por outro lado não fomos capazes de estimular um amplo movimento social em defesa das

reformas estruturais que defendíamos na campanha, ao passo que houve uma grande coesão das classes dominantes que não hesitaram em aniquilar lideranças nacionais como Quéricia e Amim em benefício de seu candidato. Além disso, grande parte dos militantes e dos dirigentes tiveram durante a eleição sentimentos contraditórios, primeiro de vitória certa e depois de derrota inevitável. Não podemos esquecer também que a legislação eleitoral foi feita para nos prejudicar, tanto em termos do programa eleitoral gratuito como em termos de boca de urna. Tudo isto nos tirou do segundo turno, apesar de termos 27% dos votos, contra os 16% de 1989.

Qual será a posição do partido no segundo turno

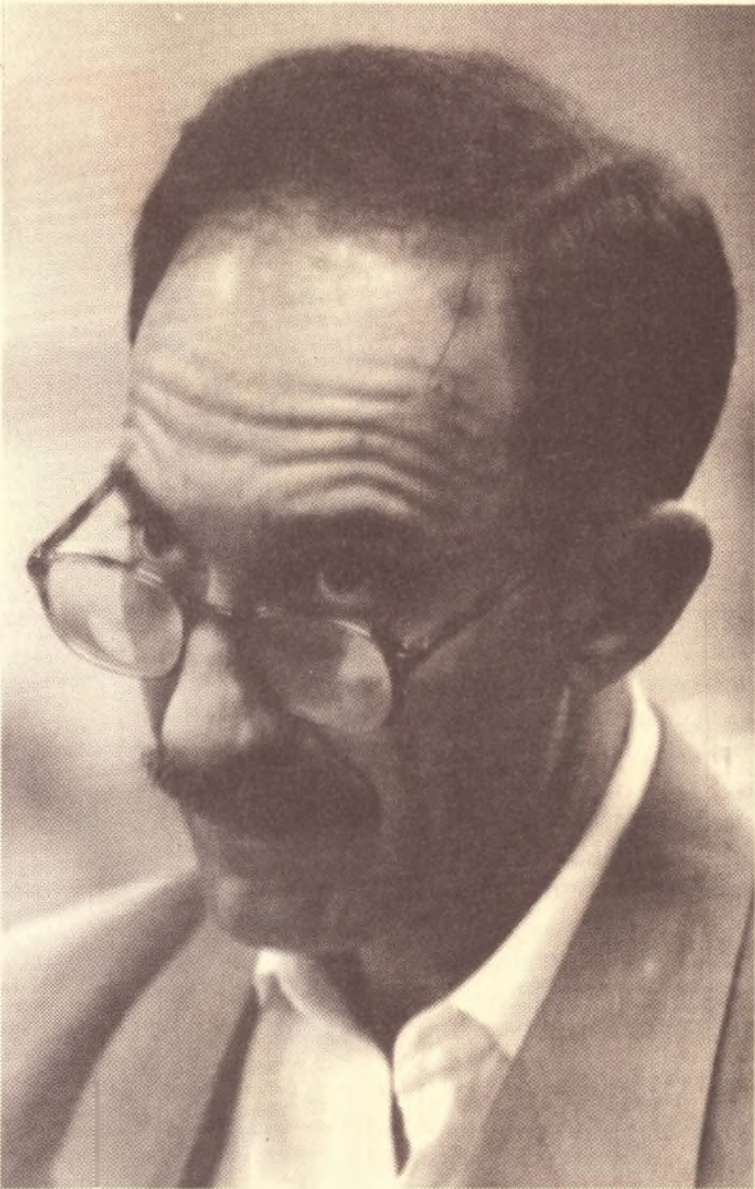
das eleições estaduais?

Nossa principal prioridade são os Estados onde a Frente Brasil Popular está disputando o segundo turno: Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo, Amapá e Sergipe (neste último caso com Jackson Barreto, do PDT). Ficou decidido que a coordenação nacional do PT e da Frente farão todo o possível para ajudar e somar as campanhas, mas as decisões sempre serão articuladas com as instâncias locais. Não haverá qualquer espécie de imposição e em todos os outros estados nossa atuação será de ajudar, tendo em vista esta nossa prioridade. Na Bahia a tendência é contribuir para derrotar o carlismo, com alianças pontuais com as forças políticas que lhe são contrárias. Em São Paulo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais as discussões continuam e nada está decidido

Qual deverá ser a atuação do partido no governo de FHC?

Nossa atuação deve ter como base nosso programa de criar um novo modelo de desenvolvimento que priorize a formação de um amplo mercado interno, a distribuição de renda, a elevação do salário, a reforma agrária, a reforma do Estado e a participação popular. Disputaremos nosso projeto com o projeto das elites, que vem disfarçado com o verniz social-democrata. Está havendo uma disputa pela hegemonia em nossa sociedade e nosso papel é fazer a balança pender para nosso lado.



HUGO SCOTTE

GILBERTO CARVALHO:

"HOUE UMA VACILAÇÃO MUITO GRANDE DIANTE DO REAL E FOI FÁCIL O ADVERSÁRIO NOS CLASSIFICAR COMO INIMIGO DA MOEDA E DA ESTABILIDADE"

também temos que levar em conta que nossos recursos financeiros eram limitados.

Qual deve ser a nossa posição no segundo turno das eleições estaduais?

Nos estados onde haverá segundo turno existem dois níveis de atuação e de preocupação. No primeiro nível estão os quatro Estados onde a Frente disputa o Governo estadual e mais o caso de Sergipe, onde já manifestamos apoio a Jackson Barreto. Estes casos são prioridade absoluta, para obter alianças que nos permitam a vitória. Além dos dois Estadops onde a Frente já ganhou, Pernambuco e Mato Grosso, é fundamental vencermos também nos outros para fazermos a contraposição ao governo federal e para demonstrar à população como governamos. No caso dos estados onde não teremos candidatos, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e outros, onde nossa votação será o fiel da balança, temos que levar alguns critérios em consideração. Seguindo a resolução do último encontro, não podemos apoiar candidatos da direi-

ta. Além disso, acho que não devemos abrir mão de nosso projeto. O segundo turno não é igual ao primeiro. É a escolha entre o menos pior.

Por isto devemos tentar estabelecer alguns compromissos públicos em torno de políticas de direitos humanos, combate à corrupção, política salarial, defesa de estatais estratégicas, tudo isto sem negociar cargos. Só devemos participar de governos da Frente Brasil Popular. Também acho que podemos, sob determinadas condições, negociar algum tipo de reciprocidade, sem cair no tomalá dá cá. Pode ser conveniente apoiar Garotinho no Rio caso o PDT nos apoie no Rio Grande do Sul, da mesma forma que poderemos apoiar o PSDB em São Paulo ou no Pará se eles nos apoiarem no Distrito Federal.

Quero deixar claro que este critério é o menos importante e tem que ser bastante discutido. Acredito que qualquer posição sobre o tema só pode ser tomada de forma coletiva, por isto sou totalmente contrário às manifestações precipitadas que já começaram a surgir

em favor ou contra os candidatos.

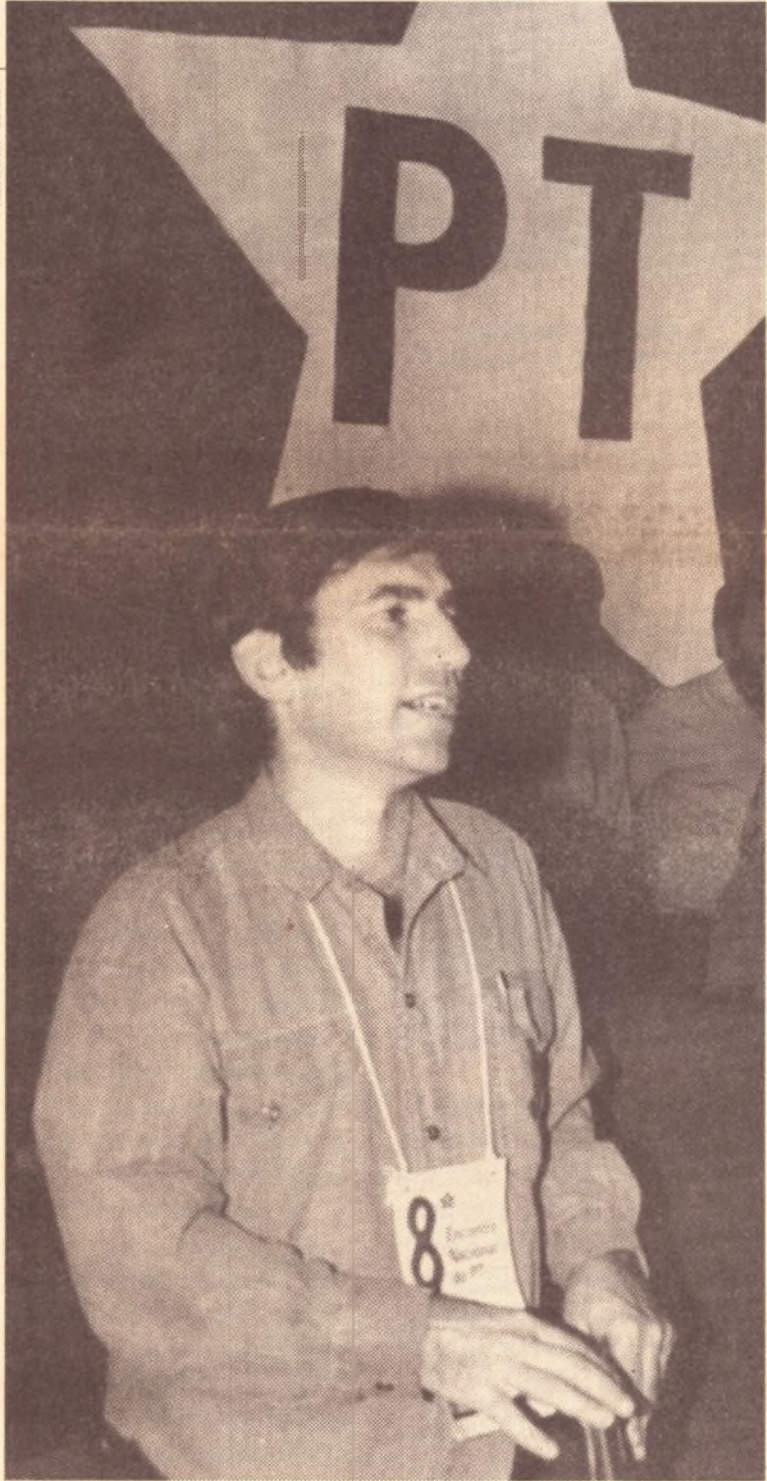
Que posição adotar diante do futuro governo FHC?

Durante a campanha fizemos uma série de críticas e tomamos várias posições que não perderam a validade. Independentemente da eleição, temos um projeto que está disputando a hegemonia na sociedade. Seremos oposição, porém acredito que fazer a oposição pela oposição ou pretender assumir o monopólio da oposição é um erro que nos levará ao isolamento. Teremos que cobrar as promessas sociais de Fernando Henrique, que disse em sua campanha coisas como assentar 400 mil famílias, nenhuma criança sem escola, mais empregos, saúde, etc...

Porém nosso grande desafio é abrir esta luta para toda a sociedade, para toda a cidadania, através de movimentos sociais amplos e, ao mesmo tempo, capilares. Uma de nossas princi-

pais tarefas é voltar a percorrer o País, não com caravanas, como foi falado, mas em grandes movimentos político-culturais pela cidadania. Retomar experiências de passado recente, como a campanha contra a fome e levar a discussão sobre o futuro para todos os rincões. Creio que esta será a forma de oposição mais efetiva e mais produtiva.

Temos que levar em conta também que o PT precisa resolver seus graves problemas como a dificuldade de dialogar com os setores excluídos e intermediários da população, certa tendência à burocratização e outros. E nada melhor do que voltar a percorrer o País para enfrentar estes desafios.

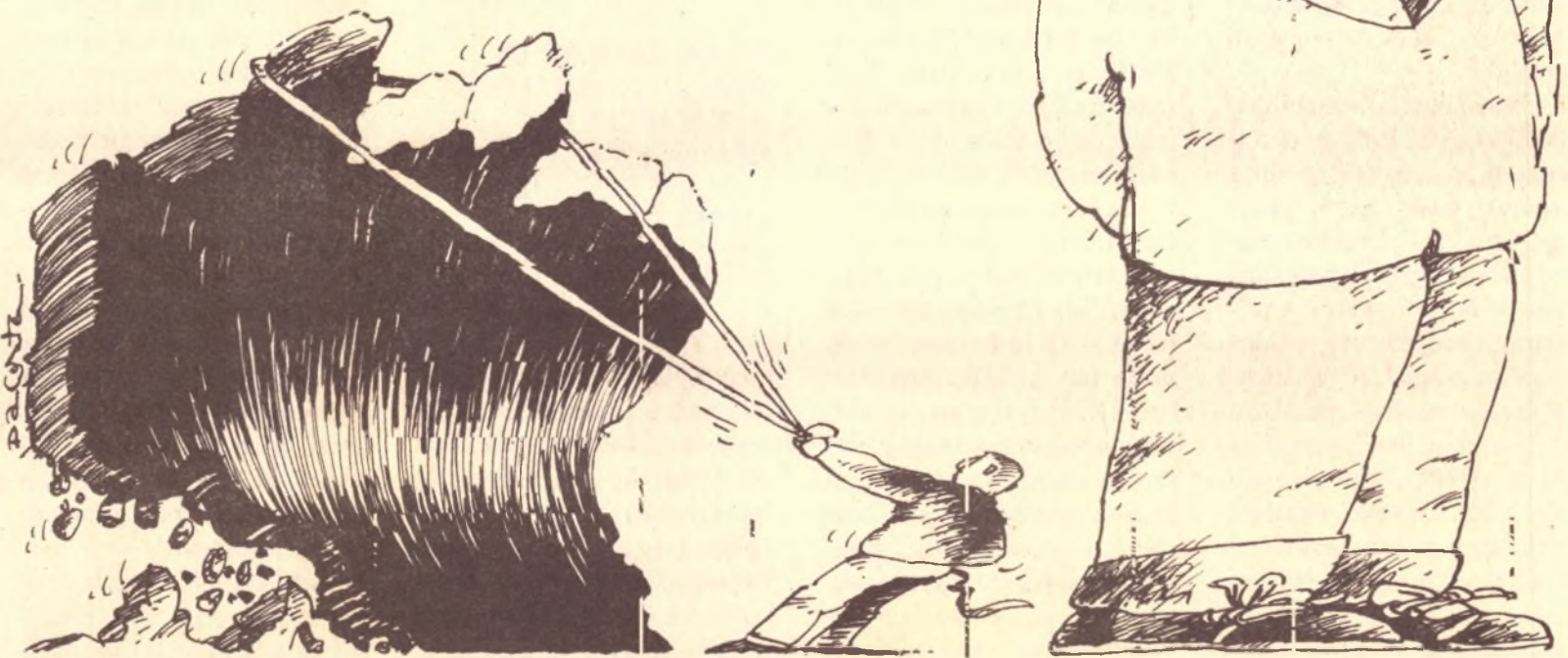


FERNANDA ESTIMA

Quais as razões da nossa derrota no primeiro turno?

A soma de nossos erros não é suficiente para explicar a derrota. Houve uma grande capacidade do adversário em aproveitar a situação em todos os níveis, promovendo sua coesão em torno de um candidato que, diferentemente de 1989, não tinha problemas com relação à ética e tinha uma origem em muitos pontos semelhante com a esquerda. Depois disso teve a competência de conceber e desenvolver o Plano Real, apoiado numa extraordinária rede de publicidade e de utilização da máquina do Estado. O adversário também conseguiu manipular habilmente as pesquisas e sua divulgação, criando um senti-

mento de vitória de seu candidato. De nossa parte, perdemos a batalha na leitura, na explicação do Plano Real. Houve vacilação muito grande e foi fácil o adversário nos classificar como inimigos da moeda, inimigos da estabilidade e nossas tentativas de desmentir-lo aumentaram a confusão. Houve falhas muito grandes de comunicação e os programas de TV e a comunicação visual pecaram pela falta de criatividade. Também não fomos capazes de responder à questão do preconceito, habilmente manipulada pelo adversário. Também houve falta de versatilidade da coordenação em responder imediatamente aos vários problemas que foram surgindo e cito como exemplo disto o caso Bisol. Por fim,



GAURU

POR QUÊ A LUTA CONTINUA

O Tribunal Superior Eleitoral não havia sequer apurado 50% dos votos da eleição presidencial quando Fernando Henrique, até então simples candidato, apressou-se em fazer dois acenos nítidos à esquerda. O primeiro foi na noite do dia 5. Enquanto os grandes meios de comunicação do Brasil e do mundo esperavam por uma entrevista coletiva que começaria apenas doze horas mais tarde, FHC proporcionou a Florestan Fernandes Jr., repórter da TV Cultura e petista de carteirinha, o “furo” de uma entrevista exclusiva. Informal, vestindo apenas um pulôver sobre a camisa, deixou de lado as polêmicas de campanha e animou-se a falar longamente... sobre Marx. O segundo sinal veio na manhã seguinte, durante a coletiva. Antes de se colocar à disposição dos jornalistas, FHC discursou de improviso, e fez questão de lançar um longo elogio a Caetano Veloso, que como músico fustigou com rara coragem a “nova ordem mundial” — e como político declarou o voto em seu representante no Brasil.

Ninguém se surpreenda. Passada a eleição, Fernando Henrique fará esforços cada vez mais freqüentes para que a população não se esqueça do que ele escreveu no passado. Os políticos e os jornais conservadores escreverão, além disso, discursos e artigos diários exortando a esquerda a somar esforços com o novo governo, ou a fazer “oposição moderada”. Por circunstâncias da História, FHC precisa da esquerda para executar seu programa. Com mais votos, mais deputados e talvez os primeiros governos estaduais — mais responsabilidade, portanto —, mas sem um projeto para o país, a esquerda será obrigada a aderir, creêm os conservadores, amparados em exemplos internacionais.

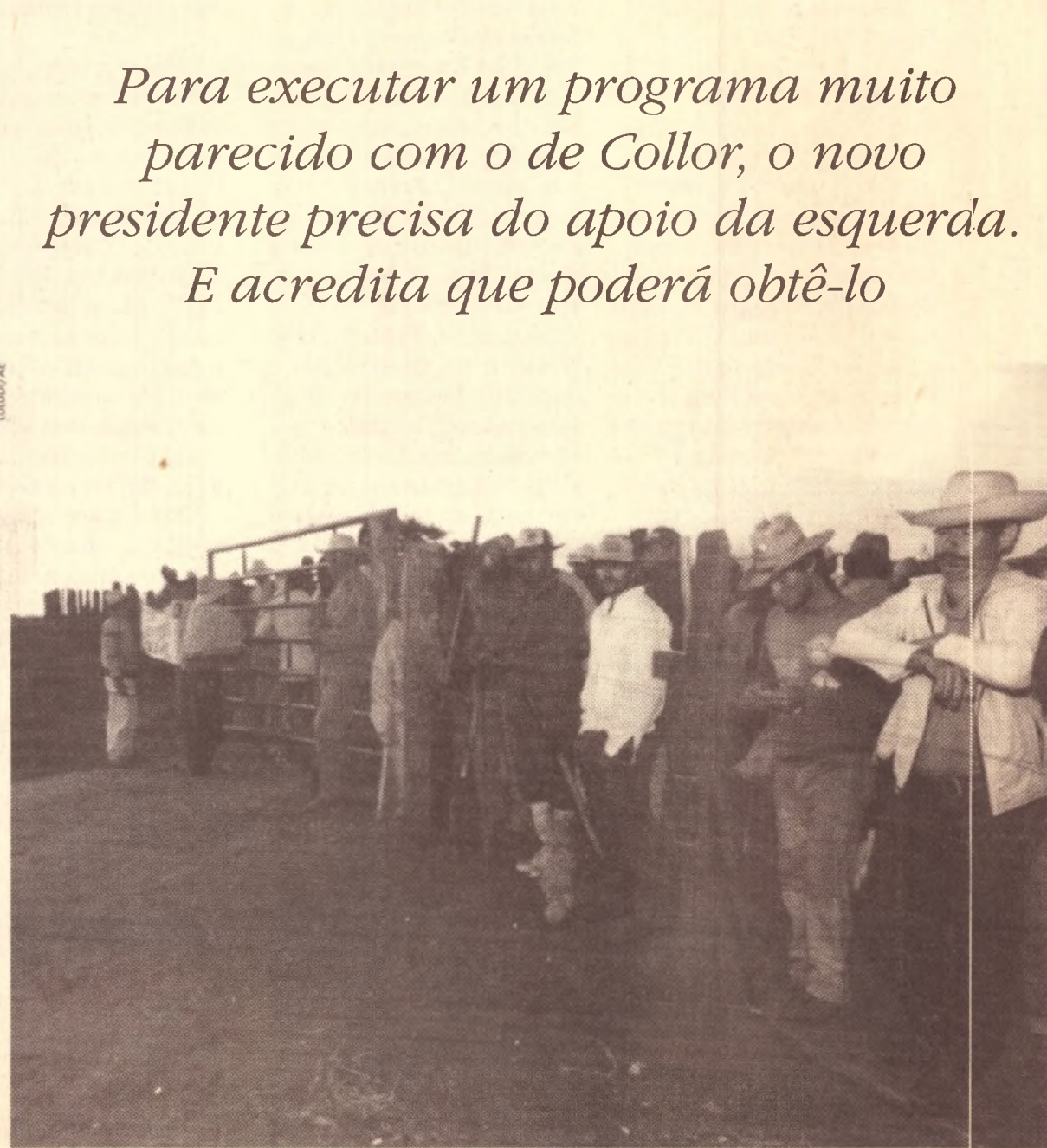
CINCO ANOS DEPOIS, AS ELITES AINDA SUSTENTAM O PROGRAMA DE FERNANDO COLLOR

Cinco anos depois da eleição de Collor, e dois após o impeachment, as elites brasileiras continuam presas ao programa do presidente deposto. Collor, que os poderosos não queriam mas tiveram que engolir, tentou aplicá-lo a golpes de *yippon*, e fracassou. FHC, em torno do qual reuniu-se uma coalizão conservadora como raras vezes se viu neste século, tentará usar a arma do consenso. O caminho é longo, e o sucesso duvidoso.

Eleito graças à estabilização fugaz que o Real proporcionou, o presidente impediu a qualquer custo que o plano faça água nos primeiros meses, e leve consigo a popularidade do novo governo. A primeira arma é manter a política econômica atual. Nos primeiros dias de outubro o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, dirigiu-se a Madri, onde se realizava a 50ª Reunião Anual do FMI e entregou pessoalmente ao diretor do Fundo, Michel Camdessus, o “Memorandum in Economic Policy”, docu-



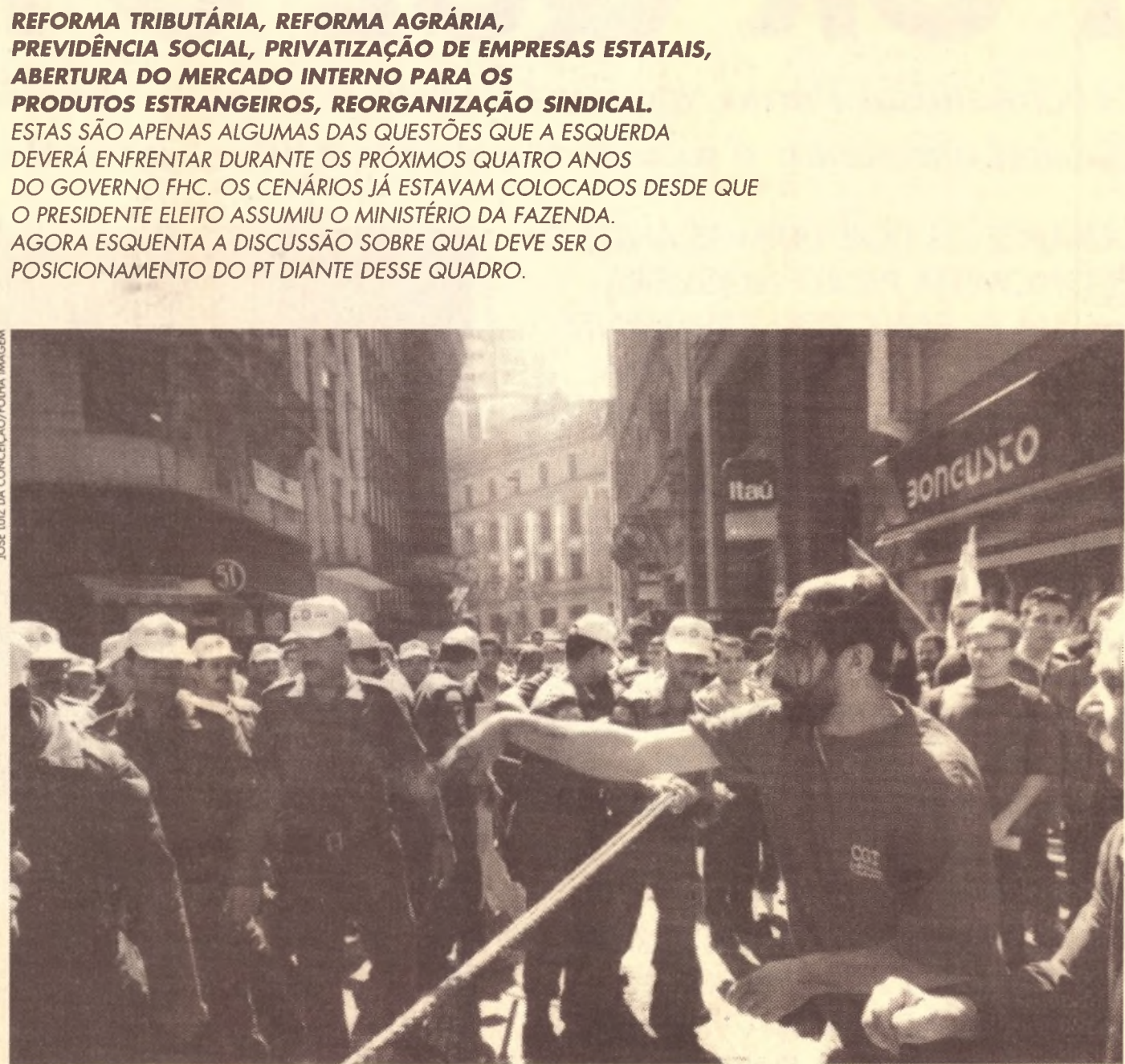
PARIZOTI



ILANOV/AF



EDU GARCIA/AF



JOSE LUIZ DA CONCEIÇÃO/PIOMA MAGNUM

REFORMA TRIBUTÁRIA

SEM CONSENSO

O governo de FHC precisa da esquerda para executar seu programa.

Dizer que o Brasil precisa de uma reforma tributária, e que sem ela nenhum plano de estabilização será bem-sucedido a longo prazo tornou-se uma espécie de chavão. Como chegou a admitir, no entanto, o ex-relator da revisão constitucional, deputado Nelson Jobim (PSDB-RS) há propostas diametralmente opostas para a reforma.

Ao contrário do que acostumaram argumentar os teóricos das elites, a carga de impostos no Brasil é *muito baixa*. Ela caiu, nas últimas duas décadas de 30% do PIB para o equivalente a 22%. Nos EUA, chega perto de 40%; no Japão e nos países escandinavos, ainda maior.

O problema com o sistema de tributos é sua injustiça. As grandes fortunas e os ganhos de capital são, na prática, isentos. O imposto de Renda das empresas é muito reduzido, e o das pessoas físicas incide principalmente sobre a parcela dos assalariados.

dos que ganha um pouco melhor.

Em compensação, os impostos indiretos (ICMS e IPI, em especial), que recaem igualmente sobre ricos e pobres, são os mais pesados. Além de serem pouco taxadas, as elites costumam não pagar. Estudos recentes da Receita Federal revelam que de cada 2,2 dólares devidos pelas empresas ao Fisco, apenas US\$ 1,00 é pago — os outros US\$ 1,2 são sonegados.

Uma reforma tributária avançada seria, junto com a redução drástica dos juros pagos pelo Tesouro aos grandes monopólios, essencial para o saneamento financeiro do Estado brasileiro.

O governo de Fernando Henrique estará, no entanto, disposto a realizá-la? Enquanto ministro, a única ação do ministro foi desastrosa: ela resultou na criação do IPMF, um imposto que os assalariados pagam, e as empresas... repassam para os preços.

PARA SALVAR O REAL, DINHEIRO PARA A “CIRANDA FINANCEIRA”, E GOLPES CONTRA A PREVIDÊNCIA E A SAÚDE

Não é, no entanto, suficiente para os planos de FHC. O mesmo Ciro Gomes admitiu em Madri que o Real não sobrevive sem “reformas estruturais” — e as primeiras são a da previdência, do sistema tributário e das relações fiscais entre a União e os Estados e



DOUGLAS MAMURA

Os movimentos populares estarão dispostos a se comportar de forma dócil diante do novo presidente e seu programa neoliberal? Se depender de João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra, a resposta é clara: “Vai ser mais um governo dos latifundiários, usineiros e grandes proprietários de terra”. Diante dele, “aumentaremos a mobilização popular no campo”.

João Pedro analisa com ponderação o programa que Fernando Henrique apresentou para o que chama de “reforma

REFORMA AGRÁRIA

SEM-TERRA CONTRA PLANALTO

O líder do MST avisa: “aumentaremos a mobilização no campo”.

A proposta, no entanto, prossegue João Pedro, “é completamente insignificante, se considerarmos as 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil, as péssimas condições de vida que enfrentam e a urgência de resolvermos esses problemas, antes que a solução seja migrar para a marginalidade nas cidades”. Além disso, diz ele, “dúvidamos que a composição de forças políticas do governo eleito signifique vontade política para resolver os problemas do campo”.

O líder dos sem-terra conclui: “Nunca, ninguém deu nada de graça para os camponeses. Nossas vitórias foram resultados da luta, e é isso que vamos continuar fazendo. Repetiremos, em 95, uma grande mobilização nacional, em conjunto com o Departamento Rural da CUT, com o movimento das mulheres agricultoras, dos seringueiros, pescadores e atingidos pelas barragens, no que chamamos de Grito da Terra Brasil”.

“DÚVIDAMOS QUE A COMPOSIÇÃO DO GOVERNO SIGNIFIQUE VONTADE DE FAZER REFORMA AGRÁRIA”

lugar, se puder abocanhar as estatais mais lucrativas.

O CAPITAL EXTERNO EXIGE AS ESTATAIS MAIS LUCRATIVAS. FHC ESTÁ DISPOSTO A ENTREGÁ-LAS

Fernando Henrique está disposto a entregá-las. Defende abertamente a “flexibilização” dos monopólios estatais de petróleo e telecomunicações, o que é ainda mais vantajoso, para os investidores estrangeiros, que a privatização.

PREVIDÊNCIA

NOVO GOLPE

Aposentadoria ameaçada e benefícios reduzidos.

Poucos exemplos revelam tão bem o caráter antipopular do programa econômico de Fernando Henrique quanto suas propostas para a chamada “Reforma da Previdência”. As propostas começam com o fim do artigo da Constituição que fixa em um salário mínimo o valor menor dos benefícios pagos pelo sistema. Durante a campanha, o presidente eleito apontou mais de uma vez este dispositivo como a causa essencial do valor reduzido do mínimo. Alegou que o INSS, em crise financeira crônica, iria à falência, caso houvesse aumento do salário.

A crise da previdência é real. É evidente, no entanto, que não foi provocada pelas aposentadorias e pensões miseráveis pagas aos beneficiários. Está relacionada à sonegação contumaz da contribuição previdenciária, praticada pelos empresários que não registram os empregados em carteira, e com o calote de bilhões de dólares que sucessivos governos conservadores praticaram contra o INSS.

Para sanear a previdência, FHC planeja mais dois ataques contra os trabalhadores. Um deles, que dispensa comentários, é eliminar sumariamente da Constituição o direito à aposentadoria por tempo de serviço. O outro é privatizar parcialmente o sistema. Os assalariados que ganham menos continuariam “garantidos” pelo sistema público. Os demais teriam a opção de se vincularem a empresas de previdência privada.

Segundo o advogado trabalhista Annibal Fernandes, um dos maiores especialistas no assunto, as consequências para o sistema previdenciário público são gravíssimas. O INSS deixaria de contar com uma parte considerável de suas receitas — as contribuições dos assalariados que ganham mais. “A faixa do filé mignon, de três a vinte salários, seria entregue aos bancos e seguradoras. Ficaria com o Estado apenas a parcela mais deficitária do sistema, que entraria em colapso rapidamente, ou passaria a requerer injeções brutais de recursos públicos”.

Na primeira entrevista coletiva que concedeu após as eleições, Fernando Henrique não poupou elogios à Petrobrás. Lembrou a importância da empresa na criação de condições para o desenvolvimento do país. E garantiu que não pretende privatizá-la — quer, apenas, “flexibilizar” o monopólio estatal de petróleo, assim como o de telecomunicações.

A “flexibilização” dos monopólios tornou-se, nos últimos meses, uma espécie de senha para as elites. Para a população, que a desconhece, ela choca menos que a venda de empresas como a Petrobrás e a Telebrás. Para os capitais externos interessados em abocanhar dois dos setores mais lucrativos da economia nacional. “É a maneira mais eficiente de separar o osso do filé, e entregar carne de primeira para os múltis”, diz Marcelo Beltrão, diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel).

REFORMA TRIBUTÁRIA, REFORMA AGRÁRIA, PREVIDÊNCIA SOCIAL, PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS, ABERTURA DO MERCADO INTERNO PARA OS PRODUTOS ESTRANGEIROS, REORGANIZAÇÃO SINDICAL. ESTAS SÃO APENAS ALGUMAS DAS QUESTÕES QUE A ESQUERDA DEVERÁ ENFRENTAR DURANTE OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS DO GOVERNO FHC. OS CENÁRIOS JÁ ESTAVAM COLOCADOS DESDE QUE O PRESIDENTE ELEITO ASSUMIU O MINISTÉRIO DA FAZENDA. AGORA ESQUENTA A DISCUSSÃO SOBRE QUAL DEVE SER O POSICIONAMENTO DO PT DIANTE DESSE QUADRO.

ESTATAIS

PRIVATIZAÇÃO À MODA DA SELVA

A IDÉIA É SEPARAR O OSSO DO FILÉ, E SERVIR CARNE DE PRIMEIRA PARA AS MÚLTIS

Marcelo explica tomando como exemplo a Telebrás. Controladora de todo o sistema brasileiro de telecomunicações, a estatal opera serviços muito lucrativos — como a telefonia celular, as transmissões via satélite ou a comunicação de dados — e outros deficitários mas de evidente caráter social — os sistemas telefônicos das regiões remotas da Amazônia, por exemplo. “Não há no mundo”, prossegue Marcelo, “empresa interessada em desembolsar as dezenas de bilhões de dólares que seriam necessárias para adquirir a Telebrás. Mas para operar o que dá lucro, aparecerão inúmeros pretendentes”. Esta curiosa forma de privatização resultaria, segundo o dirigente da Fittel, em serviços um pouco

melhores para os usuários de telefone celular de Ipanema ou da Avenida Paulista. “Mas que investidor estrangeiro”, indaga Marcelo, “estará interessado em instalar estações remotas no interior do Piauí ou na fronteira do Acre com a Bolívia?”

O caso do petróleo é ainda mais grave, segundo Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Em 1991, o governo Collor iniciou, aproveitando-se de uma brecha na Constituição, a privatização de duas das subsidiárias da empresa, a Petroquímica e a Petrofertil. A iniciativa colocou a Petrobrás na contramão de todas as demais empresas petrolíferas. A tendência internacional do setor obrigou estas companhias, nas últimas décadas, a diversificar as atividades para sobreviver. Elas instalaram-se então nos setores petroquímico e de fertilizantes, onde os lucros são incomparavelmente altos que na extração e refino de petróleo. A Petrobrás, que já atuava em ambos os segmentos, foi excluída deles.

TIRAR O OXIGÊNIO DA PETROBRÁS, PARA DIZER EM SEGUIDA QUE ELA É “INEFICIENTE”

“Nos últimos meses”, diz Siqueira, “o governo Itamar Franco lançou novo ataque, agora ao setor de combustíveis. A participação da Petrobrás no preço final dos derivados, que foi de 60% na década de 80, caiu acentuadamente, até ficar reduzida a 14%”. Nos EUA, “as refinadoras de petróleo ficam com 70%”, afirma o presidente da Aepet.

“Os objetivos são claros”, diz Siqueira. “Pouco a pouco, o governo vai minando a capacidade de investimento da Petrobrás. Ela era de 8 bilhões de dólares ao ano em 1980, e caiu para US\$ 1,5 bilhões em 94. O Palácio do Planalto tira o oxigênio da empresa, os políticos e a imprensa conservadora alegam que ela é ineficiente e, portanto, deve ter ‘parceria’ de sócios privados”.

mento que presta contas sobre os primeiros meses de Real e os planos para 95. O texto é claro. Para segurar a inflação, o Palácio do Planalto pretende manter os juros nas alturas, o que implica transferir, no próximo ano, cerca de 10 bilhões de dólares do Tesouro para seus credores — a turma que se diverte na “ciranda financeira”. Como nos anos anteriores, os pagamentos aos grandes monopólios serão viabilizados através de arrocho brutal dos investimentos estatais em infra-estrutura e sistemas sociais — saúde e previdência, em especial.

Municípios. Todas elas exigem reformas constitucionais complicadas e desgastantes. Entre outros itens, o Planalto propôs o fim da aposentadoria por tempo de serviço, a privatização parcial da previdência e a transferência para os Estados das responsabilidades do governo federal com saúde e educação. Os atritos que surgirão com aposentados e governadores não são desprezíveis, e precisamente por isso o futuro presidente hesita sobre a melhor época para propor as reformas.

Fernando Henrique e as forças que o conduziram à Presidência contam com uma for-

te entrada de capitais externos, com base nos quais pretendem tocar um programa ambicioso de investimentos e modernizações, equiparável ao de Juscelino Kubitschek. Há mais pedras no caminho. Os mercados financeiros do mundo caracterizam-se de fato, há alguns anos, por abundância de capitais. Não se trata, porém, de recursos filantrópicos. Para recebê-los, o país precisaria alienar seu patrimônio (e, num certo sentido, sua própria soberania), e obrigar os trabalhadores a aceitar relações de trabalho ainda mais desumanas que as atuais.

O “dinheiro de fora” virá em quantidade, em primeiro

lugar, se puder abocanhar as estatais mais lucrativas.

Também está disposto a eliminar da Constituição os artigos que defendem as riquezas minerais, e a alienar a Vale do Rio Doce. Nada disso, no entanto, o Brasil está anos-luz atrasado em relação aos países da Ásia, da Europa e da própria América do Sul para onde as múltis estão correndo. Atrás exige arrasar os direitos sociais dos trabalhadores, liquidando direitos inscritos na CLT e “flexibilizando” as relações de trabalho. A Espanha passa por este processo há alguns anos. O resultado mais visível é uma taxa de desemprego em torno de 25% da população ativa. A autêntica revolução industrial que o mundo capita-

nais, interessadas em se instalar no país ou expandir suas atividades. Do ponto de vista da mentalidade neoliberal, no entanto, o Brasil está anos-luz atrasado em relação aos países da Ásia, da Europa e da própria América do Sul para onde as múltis estão correndo. Atrás exige arrasar os direitos sociais dos trabalhadores, liquidando direitos inscritos na CLT e “flexibilizando” as relações de trabalho. A Espanha passa por este processo há alguns anos. O resultado mais visível é uma taxa de desemprego em torno de 25% da população ativa. A autêntica revolução industrial que o mundo capita-

lista está vivendo, é bom lembrar, tem resultado, em toda parte, em enormes ondas de demissão, e em aumento impressionante das desigualdades. Os trabalhadores brasileiros estão dispostos a aceitar tal tipo de “modernidade”?

O PT ACEITA O PAPEL DE SÓCIO MINORITÁRIO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS?

As dificuldades das forças vencedoras começam nas pró-

prias divergências entre os poderosos. A direita e o centro, os setores arcaicos e os “modernos” do empresariado, uniram-se para derrotar Lula no segundo turno de 89 e em 94. Não foram capazes, no entanto, de sustentar juntos o programa “collorido”, e nada assegura que se unirão em torno de Fernando Segundo. Os setores empresariais que se beneficiam do modelo de desenvolvimento inaugurado no pós-guerra abrirão espaço gracioso para os que querem galopar a onda neoliberal? Partidos como o PMDB e o PPR, que mantêm bandadas expressivas, estarão dispostos

a dividir a responsabilidade pelos atos impopulares do governo sem compartilhar as benesses do poder?

Obrigado por seu próprio programa de governo a tentar impor derrotas graves aos trabalhadores, e a travar negociações extremamente complexas com setores das classes dominantes, FHC precisa do PT e dos outros partidos da esquerda. Não é necessário sequer que integrem o governo. Se for possível domesticá-los, pressioná-los a exercer uma oposição frágil e cosmética, convencê-los a não contestar as “reformas estruturais”, então será

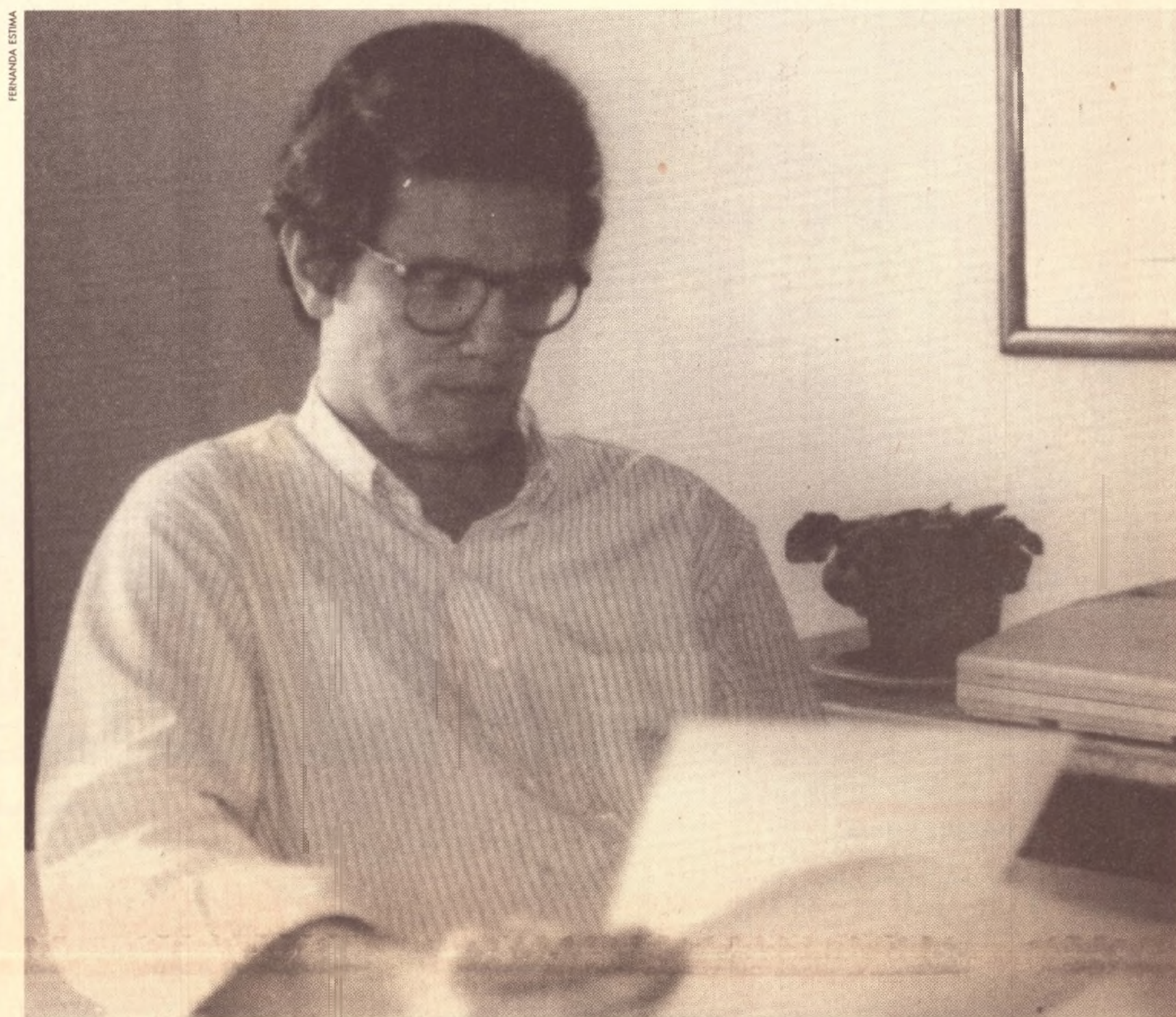
possível dar um ar de respeito e legitimidade às ações impopulares do Palácio do Planalto, e obrigar os partidos conservadores que não compõem a coligação vencedora a se tornarem caudatários dela. A esquerda poderá finalmente “ampliar suas bases” para boa parte do empresariado e para o setor da classe média que enriqueceu com a crise. Terá, no entanto, assumido um papel insólito: o de parceiro coadjuvante — mas indispensável — na execução do projeto neoliberal.

ENTREVISTA

POR QUÊ O REAL NOS

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. fustiga a paralisia do PT diante do plano que elegeu FHC, possível apresentar à sociedade e debate o futuro do Real e da economia brasileira no novo governo

DURANTE OS DOIS ÚLTIMOS ANOS O ECONOMISTA PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. PARTICIPOU ATIVAMENTE DO DEBATE SOBRE O PROGRAMA ECONÔMICO DO PT. INTEGRANTE DA EQUIPE DO MINISTRO DILSON FUNARO, CONSIDERADO POR ANALISTAS DE TODAS AS CORRENTES COMO UM DOS MELHORES ESTUDIOSOS DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA, PAULO DEDICOU-SE DESDE 1990 AO EXAME DE EXPERIÊNCIAS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA. A PARTIR DE MAIO A DISCUSSÃO SOBRE O TEMA SE INTENSIFICOU NO INTERIOR DA EQUIPE DE ECONOMISTAS QUE ASSESSORAVA A CANDIDATURA LULA. PAULO APRESENTA AGORA SUA VERSÃO SOBRE A POLÊMICA, SUGERE QUE "O PT PRECISA FAZER UMA REVISÃO COMPLETA DE SUA FORMA DE ENCARAR A ECONOMIA" E APRESENTA SUAS PROPOSTAS INICIAIS SOBRE A FORMA DE ENFRENTAR A OFENSIVA NEOLIBERAL QUE O GOVERNO FHC LANÇARÁ.



Brasil Agora: O Plano Real foi uma armação eleitoral anunciada com meses de antecedência. Por que a esquerda foi incapaz de enfrentá-lo?

Paulo Nogueira Batista Jr.: A dificuldade de enfrentar o plano talvez tenha sido a principal razão da derrota, e resulta de uma combinação de fatores. Um deles é a dificuldade da esquerda brasileira, e da latino-americana em geral, se posicionar de forma clara em relação aos problemas da estabilização e da inflação. Houve uma dificuldade de perceber que após as crises inflacionárias graves da década de 80 e início dos anos 90 o problema assumiu uma nova feição, dos pontos de vista econômico, político e social. As esquerdas, de um modo geral, e o PT em particular, não perceberam a importância que o tema tinha adquirido para a população em geral. No caso do PT é de se lamentar ainda mais, porque tínhamos uma série de exemplos que mostravam claramente o impacto político e eleitoral de um programa de estabilização. Exemplos no próprio Brasil, com o Plano Cruzado e mais recentemente em outros países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, México, onde governos que foram capazes de iniciar processos de estabilização alcançaram dividendos eleitorais muito poderosos. Faltou atenção para o problema, e a experiência da derrota mostra que o PT e seus economistas precisam fazer uma reciclagem, uma revisão profunda

de sua forma de encarar a economia.

Brasil Agora: Você e outros economistas propuseram que o PT apresentasse uma alternativa ao Real, para debatê-la com a população. Quais seriam as características dessa alternativa?

Paulo Nogueira Batista Jr.: Por volta de maio, Lula pediu aos economistas do partido que preparassem não uma alternativa ao Real, mas as linhas do que seria o combate à inflação num eventual governo do PT. Essa iniciativa foi resultado da preocupação com o Real. Ocorre que em maio e junho estabeleceu-se uma grande confusão dentro do partido. A discussão foi caótica. Proliferaram posições e disputas. Surgiram vários documentos, inclusive um do qual participei junto com Eduardo Suplicy, João Machado, Luiz Carlos Mereg, Odilon Guedes, André Urani. Procurávamos apresentar um programa de estabilização que conciliasse o combate à inflação com a retomada do crescimento e a distribuição de renda. Mas não houve um mínimo de entendimento, e as divergências foram tão profundas que o Lula ficou paralisado. Ao contrário do que desejava, não conseguiu apresentar uma visão clara do que seria combater a inflação antes do lançamento do Real. Pior que isso, grande parte dos economistas do partido subestimou completamente o impacto que o plano teria. Isso acabou desorientando a direção do partido, que foi mais ou

menos pega de surpresa com a fortíssima popularidade do Real a partir de julho.

NOSSO PROGRAMA ALTERNATIVO PODERIA PERFEITAMENTE COMBINAR ESTABILIZAÇÃO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Brasil Agora: Um dos eixos do programa que o PT pretendia apresentar para as eleições era a distribuição de renda, o combate às desigualdades. De que forma combinar este objetivo com a estabilização?

Paulo Nogueira Batista Jr.: Havia várias maneiras. Tratava-se de mudar a composição do gasto e da receita do governo, para tornar o sistema tributário progressivo, o que significa cobrar os impostos devidos e tributar o patrimônio e as rendas elevadas, favorecer os gastos sociais, introduzir um amplo programa de renda mínima. Esses eram alguns elementos que constavam do documento que fizemos. No que diz respeito à estabilização, a marca de nosso texto era dizer que o combate a uma inflação como a brasileira precisava ser baseado num ataque frontal, não podia ser gradualista, nem enfrentar o problema na base da água com açúcar. A segunda característica era uma ênfase muito forte em questões fiscais e monetárias. Mas hou-

ve um misto de desconhecimento do que é um processo de estabilização, por parte dos economistas do partido, com inibições de caráter ideológico, com a idéia de que preocupações com as finanças públicas e a moeda eram conservadoras. O partido ficou a descoberto no que acabou se revelando como a questão essencial na definição das eleições.

Brasil Agora: A campanha do PT foi marcada por um certo receio de assustar

as elites. Ao contrário do que ocorreu em 89, o partido deixou de explicitar uma posição mais soberana sobre as dívidas externa e interna. Também falou muito pouco do aumento dos impostos pagos pelos ricos, e de um combate à inflação baseado não apenas no mercado. Não estaria aí uma das causas da vacilação em apresentar um plano alternativo?

Paulo Nogueira Batista Jr.: Talvez sim. Nosso documento propunha, por exem-

plo, uma política tributária dura, que buscava fazer com que os ricos pagassem impostos, e um combate duro à sonegação. É muito difícil fazer uma estabilização fiscal sem cobrar os impostos devidos e tornar o sistema tributário mais progressivo. Mas acho que o erro fundamental foi perder de vista a importância crucial que a estabilização tem para a população. O programa aprovado no 9o. Encontro Nacional a esse respeito era muito



O CANDIDATO MÃO-GRANDE

DERROTOU

fala sobre as alternativas que era

insuficiente e vago, genérico. As discussões posteriores não permitiram aprofundar o tema, nem que o candidato tivesse elementos para enfrentar o debate.

Alguns economistas cometeram um erro de avaliação gravíssimo, que foi achar que o plano seria recessivo. Esse tipo de programa tende a ser, ao contrário, expansivo, como mostra a experiência de inúmeros países. A incongruência era tão grande que às vezes o programa era acusado, num mesmo discurso, de ser eleitoreiro e ao mesmo tempo recessivo, ou era eleitoreiro e arrochante. Dava umarecessão eleitoreira, um arrocho eleitoreiro.

O PT AGIA COM O REAL COMO OS ASTECAS DIANTE DE CORTEZ: ORA ATACAVA, ORA SE AJOEILHAVÁ DIANTE DO PLANO

Depois da introdução da nova moeda o PT ficou numa posição muito estranha. Adotou um discurso incongruente. Ora atacava o Real, passando a impressão de que não dava a devida importância à estabilidade, ora se colocava numa posição defensiva, de elogios às vezes descabidos ao Real, como por exemplo naquelleslogan: "moeda forte sim, salário fraco não". Era completamente inadequado, porque passava a idéia de que o PT acreditava que o Real já estava consolidado como moeda forte. Significava reconhecer no adversário um mérito que ele não havia garantido.

Eu costumava brincar com meus amigos petistas que o PT diante do Real era como os astecas diante de Cortez montado em seu cavalo. Não sabiam se atacavam, ou se se ajoelhavam diante dele.

Brasil Agora: Poucos dias após as eleições começam a surgir as primeiras pressões por aumento de preço. De que forma o governo tentará sustentar uma estabilidade duradoura, e de que forma a esquerda deveria reagir?

Paulo Nogueira Batista Jr.: O que foi feito até agora é uma estabilização temporária. Mas o plano tem uma grande vantagem em relação aos programas anteriores: o nível altíssimo de reservas em dólares que o Banco Central acumulou. Isso dá ao governo um poder de fogo que nos outros programas não havia. Mas há problemas. Primeiro, não há uma garantia de que o ajuste fiscal tenha sido forte o suficiente, do ponto de vista da estabilização no médio e longo prazos. Segundo, não houve uma reforma do regime monetário, mudanças na estrutura do Banco Central. Terceiro, pode haver problemas de balanço de pagamentos, devido à política cambial e de

comércio exterior subordinada ao objetivo de estabilização no curto prazo, o que pode gerar uma dependência grave de capitais externos, boa parte deles voláteis. Para consolidar o plano é preciso fundamentalmente enfrentar essas questões.

Brasil Agora: O ministro *Ciro Gomes* apresentou, na última Reunião Anual do FMI, um memorando em que prevê que o pagamento de juros internos e externos continuará nos níveis atuais, e o governo tentará equilibrar as contas cortando investimentos sociais e em infra-estrutura. Qual o sentido dessa posição.

Paulo Nogueira Batista Jr.: Os juros internacionais estão subindo desde o início do ano, e a dívida externa brasileira está aumentando. A despesa com os juros, portanto, aumenta. Por outro lado, como o programa de estabilização não é muito sólido, depende demais da manutenção de taxas internas de juros muito altas. A despesa com os juros da dívida interna também cresce muito. Em situações como a do Brasil, de inflação alta e crônica, um rebaixamento forte dos índices gera sempre uma expansão do nível de atividade econômica. O problema do governo é evitar que essa expansão seja excessiva. Quando há uma política fiscal forte, ela resolve a dificuldade tirando, por exemplo, dinheiro dos mais ricos através de impostos. Como não é o caso do Real, o governo procura resolver o problema por meio da política monetária — pagando juros muito altos para conter a demanda. Isso acaba tendo efeitos colaterais negativos sobre as finanças públicas.

A ABERTURA AGRESSIVA ÀS IMPORTAÇÕES PODERÁ PROVOCAR UM DÉFICIT IGUAL AO QUE LEVOU À CRISE DA DÍVIDA, EM 82

Brasil Agora: O governo também tenta evitar o des controle de preços através da redução das alíquotas de importação e da manutenção do dólar baixo. Quais as consequências para a indústria nacional e o balanço de pagamentos?

Paulo Nogueira Batista Jr.: A combinação de câmbio valorizado com abertura comercial agressiva está contribuindo para manter a inflação baixa até agora. O preço que vamos pagar é alto. Vamos perder competitividade do lado das exportações e estimular as importações. Já no segundo semestre desse ano o governo está expondo a indústria nacional a um grau de competição violenta, que ela nunca teve de enfrentar. Haverá ainda uma

queda apreciável do superávit da balança comercial no ano que vem. Um déficit maior na balança de serviços, em que entra o pagamento de juros, e um déficit expressivo em conta corrente. Um diretor do Banco Central chegou ao ponto de dizer que o Brasil deve se preparar para ter déficits comerciais. É algo muito preocupante. Dada a estrutura do balanço de pagamentos do Brasil, um pequeno déficit comercial pode provocar um déficit de transações correntes de mais ou menos 4% do PIB. É mais o menos o nível que tivemos nos anos 70 e início dos anos 80, e que nos levou à crise da dívida.

Brasil Agora: Um dos pilares da política que o governo quer manter são os reajustes salariais apenas uma vez a cada ano. Ainda que a inflação fique em 3% ao mês, a perda do poder de compra dos trabalhadores fica próxima dos 25%. Que política permitiria preservar os salários?

Paulo Nogueira Batista Jr.: É preciso modificar o quadro institucional que rege as relações trabalhistas. No documento que mencionei, propúnhamos uma centralização das negociações, contrato coletivo e negociações mais frequentes, para permitir que os trabalhadores se defendam.

Precisamos impedir que Fernando Henrique promova o ajustamento neoliberal que tantos problemas já causou na América Latina

Brasil Agora: Teremos quatro anos de um governo com um programa muito próximo ao neoliberalismo. De que forma a esquerda pode enfrentar este desafio, e que lições pode tirar para as próximas disputas em que se envolverá a partir de agora?

Paulo Nogueira Batista Jr.: A lição que precisa ser tirada é que os partidos de esquerda não podem perder contato com as demandas da massa da população. É preciso ter uma visão muito clara das questões econômicas, da importância social e política que elas têm.

Quanto ao governo Fernando Henrique, a esquerda tem o papel fundamental de fazer uma oposição crítica, que não seja vista como oportunista. Devemos fazer uma oposição qualificada, que seja a favor dos projetos adequados para consolidação da estabilidade, porque colocar-se contra isso seria contraproducente do ponto de vista político. Precisamos, além disso, defender os interesses nacionais, a retomada do desenvolvimento, uma política tributária mais justa. Há muito campo para fazer uma oposição vigilante e dura, que impeça o governo Fernando Henrique de submeter o Brasil a um esquema de ajustamento neoliberal que já provocou problemas profundos em outros países.

Direita perde quadros 1

A renovação do Congresso Nacional, imposta pelas urnas, fez a direita perder quadros importantes em seu esquema. Alguns daqueles que, por seu comportamento amoral, sempre davam um jeitinho de dar quórum ou um voto a mais nas matérias de interesse governamental, ficaram fora do bolo.

Direita perde quadros 2

Robertão Cardoso Alves, ideólogo do fisiologismo (é dele a frase "é dando que se recebe", que vai para sua lápide), não conquistou seu quinto mandato. Ficou na suplência e só assume se Covas ou FHC derem algum cargo para um deputado do PTB de São Paulo.

Direita perde quadros 3

Ficaram de fora do parlamento: o primo de Collor, Euclides Mello, e todo o PRN; Cleto Falcão (PSD), amigo e depois ex-amigo de Collor; o bloco malufista paulista com José Maria Eymael, Armando Pinheiro, Pedro Pavão e Marcelino Romano e Diogo Nomura (PL); o anão João de Deus Antunes (RS); José Lourenço, líder do PFL e da bancada colorida, menino de recados de ACM e todos os anões que foram cassados ou que desistiram de concorrer.

Esquerda cresceu e melhorou

A contagem final dos votos mostra que a esquerda cresceu consideravelmente. A Frente Brasil Popular, mais o PDT e o PMN conseguiram ampliar suas bancadas e hoje são 21% da Câmara Federal. Isso coloca o bloco como uma referência para qualquer votação de projeto do futuro governo. Rolo compressor não vai ser mais possível tão facilmente, como a direita fez até agora. Mais do que manter as aparências de centro-esquerda, o futuro governo vai ter que negociar suas iniciativas políticas com o bloco progressista.

A conhecida competência do bloco progressista em obstruir e cooptar os dissidentes do PSDB e PMDB, em votações importantes, que sempre infernizaram a vida dos governantes, vai continuar com mais intensidade.

Perdas importantes

O bloco de esquerda perdeu algumas figuras que

vão fazer falta. No PT não conseguiram se reeleger José Cicote e Irma Passoni. Do PDT, do Rio de Janeiro, ficaram de fora os deputados Paulo Ramos e Luis Salomão. Talvez (pelo menos até a hora em que este jornal estava sendo fechado) o deputado Vivaldo Barbosa também não se reeleja.

Assassino fora

O comandante do massacre do Carandirú, Coronel Ubiratan Guimarães, não conseguiu se eleger. Na chacina morreram 111 presos, alguns dormindo, e 41.111 foi o número usado por ele, numa mórbida ironia.

Assassinos dentro 1

O capitão da PM, Conte Lopes (PPR), autor de mais de 50 mortes, conseguiu se reeleger para a Assembléia Legislativa de São Paulo.

Assassinos dentro 2

Afanásio Jazádjji e o Coronel Ferrarini (PL), com programas que exploram a violência urbana e pregam a pena de morte, também conseguiram lugar na Assembléia de São Paulo.

Assassinos dentro 3

Luis Carlos Alborghetti (PTB) e Carlos Simões (PFL), ambos do Paraná, e que também exploram a violência e a pena de morte, se reelegeram para a Assembléia Legislativa.

Assassinos dentro 4

O ex-policial José Guilherme Godinho, o "Sivuca" (PPR), conhecido como violento e várias vezes denunciado como torturador, está praticamente eleito para um segundo mandato na Assembléia do Rio.

Assassinos dentro 5

O coronel Emir Laranjeiras (PFL), ligado a grupos de extermínio, segundo denúncias de entidades de defesa dos direitos humanos, também está reeleito para a Assembléia do Rio.

A mesma turma 1

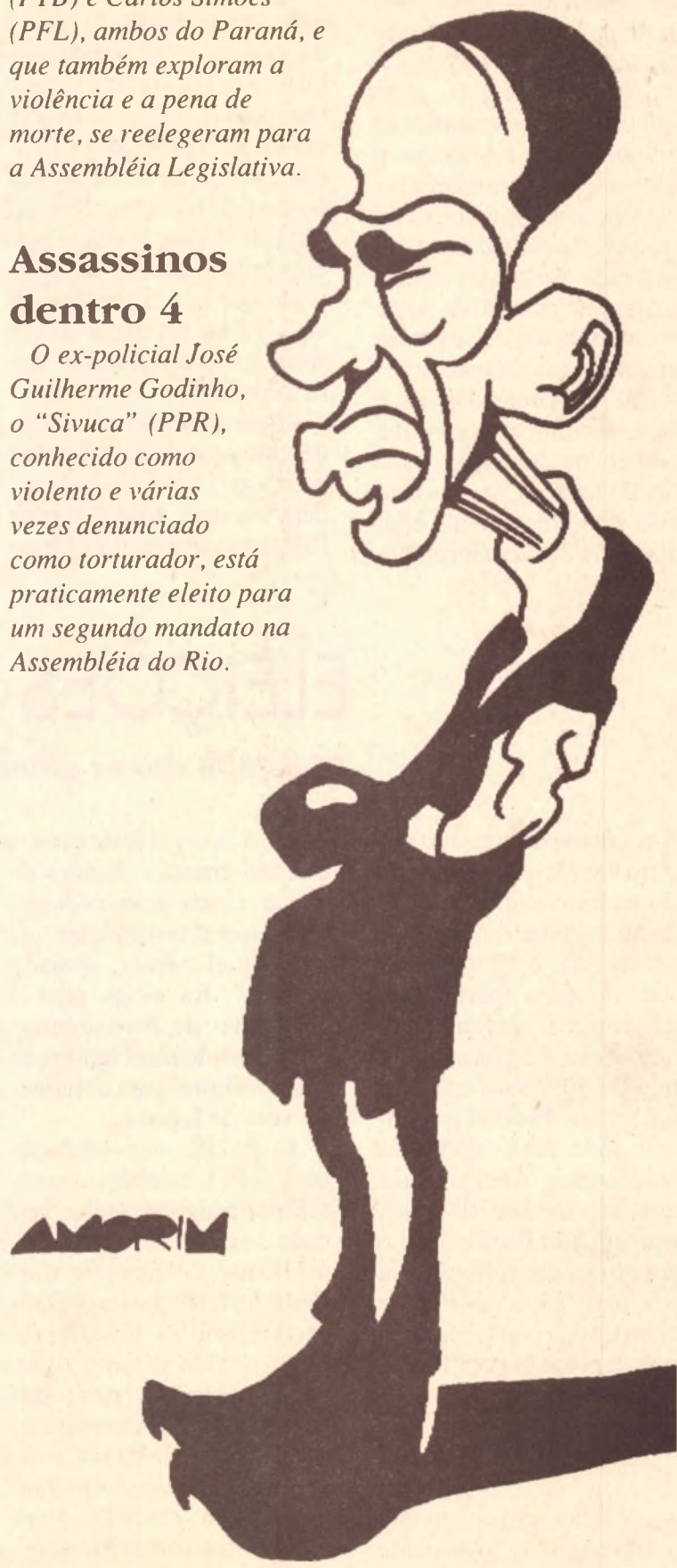
Antônio Carlos Magalhães, Luis Eduardo Magalhães, José Sarney, Marco Maciel e mais um monte de novos democratas. Só falta o outro Fernando.

A mesma turma 2

Marco Maciel é vice, mas vai assumir a presidência quando FHC viajar. Em quatro anos, somados, serão meio ano de possíveis dias de exercício pleno do "pudê", em tempo apenas regular. Fora os imprevistos. Deus salve nosso príncipe.

A mesma turma 3

Ao redor de FHC se junta a mesma turma ligada à Collor. Mas não precisavam falar as mesmas coisas. Roberto Jefferson, aquele da tropa de choque colorida, diz que o PTB vai ser "a tropa de choque de apoio ao novo governo". Que o demo carregue os bastardos...



NO PT, A LEGENDA É A VITORIOSA

O eleitor soube identificar que o candidato, parlamentar ou até mesmo Lula, apenas representava o PT

Quem vota no PT não vota no candidato apenas, mas principalmente na sigla forte, que, na cabeça do eleitor, simboliza luta e novas conquistas. Esse é o grande recado mandado pelos eleitores do partido em todos os cantos do país. E isso ninguém pode esconder. Mesmo com uma campanha que descuidou da eleição dos candidatos ao parlamento, o eleitor soube lembrar que a força do partido não é uma questão individual, mas sim do conjunto de idéias, de lutas e de conquistas já há muito tempo conhecidos. A mensagem das urnas é clara: ninguém é maior do que o partido. Sejam deputados, senadores ou o próprio Lula.

A eleição presidencial foi baseada na contraposição da aparente estabilidade econômica, representada por FHC, contra Lula, representante do PT, e da Frente Brasil Popular. A opção da maioria pela aparente estabilidade jogou a votação de Lula para o tamanho tradicional do eleitorado do PT. Os 25% de nosso candidato nada mais são do que representa o partido em nível nacional, somado aos votos dos demais partidos da Frente. Nos Estados a coisa seguiu a mesma lógica e as bancadas estaduais se formaram respeitando o tamanho do partido. Os candidatos que vão ao segundo turno têm a seu favor as particularidades das eleições regionais.

No Brasil inteiro a escolha da nossa legenda foi marcante, mantendo sempre uma média de votos comparável ao de um deputado bem votado. Em todos os Estados o voto na legenda PT elegeu pelo menos um deputado estadual e um federal. Do mesmo modo que a quantidade de votos nulos e brancos, o voto na legenda também foi uma opção política clara de uma parcela considerável do eleitorado. Mesmo creditando o grande número de votos aos analfabetos ou à pressa em cumprir a votação complicada, com duas cédulas, é frágil apontar a expressiva votação na legenda como obra do acaso. Caso curioso nesse sentido, ocorrido com outro partido, aconteceu em

São Paulo: uma candidata do Prona, com apenas 1102 votos, foi eleita graças aos 156 mil votos na legenda, que deu coeficiente de eleição. É claro que quem votou na legenda do Prona atendeu ao apelo fascista do candidato Enéas e não estava nem pensando em eleger a deputada dos mil votos.

UMA LEGENDA MAIOR DO QUE MUITOS DEPUTADOS

O voto apenas na legenda dos partidos tem sempre um significado muito importante. Os partidos tentam sempre conseguir aumentar seu coeficiente eleitoral com os votos de legenda. Os de direita, em geral, não conseguem muita coisa, pois a votação é pessoal e intransferível, como se fosse um cartão de crédito. "O partido que se dane, eu quero é me eleger", diria qualquer um deles. Mesmo assim prossegue a batalha por mais votos para o total conseguido pelo partido. Vale tudo, inclusive a fraude.

O PT tradicionalmente recebe votação expressiva na legenda e isso é uma das coisas que o diferencia das demais agremiações. A vitória do partido é tão importante quanto a vitória individual. Ou, pelo menos, é o que se acredita. Em eleições passadas a média de votos apenas no partido batia nos 50% do total de votos, e desta vez, em alguns casos, foi até maior do que isso. Esse voto na sigla PT ou no número 13 é sempre capaz de eleger vários deputados.

Todos os nossos campeões de votos estão identificados com a sigla e disso não podem escapar. José Genoíno (SP), Paulo Paim (RS), Chico

Ferramenta (MG), Humberto Costa (PE), Chico Vigilante (DF) ou Gilney Viana (MT) são algumas das lideranças eleitas para a Câmara Federal, que têm suas trajetórias políticas intimamente ligadas à história do partido. O voto foi

para eles e para o partido, sem separação de qualquer ordem.

Dois casos são elucidativos da importância desse tipo de voto. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a votação em Paulo Paim, do PT, deputado fe-

deral mais votado no Estado, com 138 mil votos, foi superada pela legenda do partido, que recebeu mais de 160 mil votos. Esse número garantiu que nossa bancada fosse aumentada em pelo menos três deputados. Isso não é fenômeno

Ex-prefeitos petistas vencem plebiscito de suas administrações

Outro indicador de que o eleitor olhou para os candidatos vendo o partido foi a eleição razoavelmente tranquila dos ex-prefeitos. Em São Paulo, Telma de Souza (de Santos), Celso Daniel (de S. André), José Augusto (de Diadema) e José Machado (de Piracicaba) foram eleitos deputados federais, enquanto que José Bacarin (ex-prefeito de Jaboticabal) e José Pivatto (de Cosmópolis) se elegeram deputados estaduais. Todos foram muito bem votados em suas regiões e com boa penetração no resto do Estado. Aliás, a região de Santos, em São Paulo, conseguiu a proeza de eleger, além de Telma de Souza, mais duas vereadoras como deputadas estaduais.

Víctor Buaz consegue quase vencer no primeiro turno, por que sua atuação à frente da Prefeitura de Vitória foi marcante para todo o Estado. Luiza Erundina quase se elege senadora, com uma votação na capital que ela administrou. A influência das administrações petistas nas eleições, de deputados e de vários candidatos majoritários, é nítida. Só as campanhas nas rádios e TVs não perceberam isso.

isolado. Em São Paulo, o voto de legenda garantiu dobrar o número de deputados estaduais e federais. Em todos os lugares foi assim.



JOSÉ GENOÍNO (REELEITO), TELMA DE SOUZA (EX-PREFEITA DE SANTOS) E CELSO DANIEL (EX-PREFEITO DE STO ANDRÉ) FORAM OS TRÊS DEPUTADOS FEDERAIS DO PT-SP MAIS VOTADOS. JOSÉ MACHADO, AO LADO, (EX-PREFEITO DE PIRACICABA - SP) TAMBÉM FOI ELEITO PARA A CÂMARA FEDERAL, FORMA JUNTO COM TELMA E DANIEL UM BOM EXEMPLO DA AVALIAÇÃO QUE OS ELEITORES TÊM DAS NOSSAS ADMINISTRAÇÕES

ELEIÇÕES ALTERAM QUADRO PARTIDÁRIO

PT e PSDB são os grandes vitoriosos. Os partidos mais conservadores foram rejeitados nas urnas

O resultado do primeiro turno das eleições já mostra uma inevitável alteração do quadro partidário no Brasil. Sem dúvida, o PT pode ser apontado como o partido que mais cresceu, elegendo três senadores, ampliando em cerca de 50% suas cadeiras na Câmara Federal e contabilizando uma expressiva votação nas Assembleias Legislativas dos Estados, como em São Paulo, onde o número de deputados passou de 9 para 14 e no Rio de Janeiro, onde conseguiu eleger 9 deputados pela Frente Brasil Popular.

Mesmo perdendo a disputa para a Presidência da República, a Frente consolidou uma posição de destaque no cenário nacional, legitimada

com cerca de 27% dos votos e tendo grandes chances de eleger cinco governadores, sendo que já no primeiro turno Miguel Arraes, apoiado pelo PT, foi eleito para o Executivo de Pernambuco. Foi o partido mais lembrado pelos eleitores para o chamado voto de legenda.

O PSDB em coligação com o PFL também cresce, fazendo a segunda maior bancada do Congresso e elegendo Fernando Henrique Cardoso. A sigla, que levou Tasso Jereissati ao governo do Ceará, ainda disputa o segundo turno em mais seis Estados: Rio de Janeiro (Marcelo Alencar), Minas Gerais (Eduardo Azeredo), São Paulo (Mário Covas), Pará (Almir Gabriel), Roraima

(Getúlio Cruz) e Sergipe (Albano Franco). Além disso, deve eleger 9 senadores, e juntamente com o PFL deve fazer maioria no senado.

Os pefelistas, embora tenham conseguido sua fatia no Palácio do Planalto, apoiando o presidente eleito, não conseguiram sair de seus grotões, com uma votação pífia nos maiores colégios eleitorais do país, conseguindo apenas chegar ao segundo turno para governador em três Estados: Maranhão (Roseane Sarney), Bahia (Paulo Souto) e Piauí (Átila Lira).

O PMDB apresenta já no final do primeiro turno um quadro no mínimo insatisfatório em relação à sua organização interna. O candidato à Presidência da Re-

pública, Orestes Quércia, ficou com um percentual de votos inferior ao do ultranacionalista Enéas Carneiro e deixa como herança para o partido uma de suas maiores crises.

Do ponto de vista dos candidatos proporcionais, no entanto, o PMDB ainda figura como uma das maiores forças políticas, mantendo a maior bancada do Congresso e elegendo vários parlamentares nas Assembleias Legislativas dos Estados.

O PMDB elegeu já no primeiro turno os governadores de Alagoas (Divaldo Suruagy), do Rio Grande do Norte (Garibaldi Filho) e de Mato Grosso do Sul (Wilson Martins) e ainda disputa o segundo turno em mais sete

Estados: Acre (Flaviano Melo), Rio Grande do Sul (Antonio Britto), Rondônia (Valdir Ruapp), Paraíba (Antonio Mariz), Santa Catarina (Paulo Afonso), Goiás (Márguio Vilela) e Piauí (Mão Santa).

Mais desconfortável é a situação do PPR — que ao contrário do PFL, que decidiu entregar os anéis para não perder os dedos — lançou candidato próprio à Presidência, Esperidião Amin, sem sequer chegar a conquistar 3% dos votos. Os próprios caciques do partido, como o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, admitem que o PPR foi o que mais sofreu com a escolha dos eleitores em 3 de outubro. O partido deverá ter sua participação no Congres-

so reduzida, assim como o número de parlamentares em diversos Estados.

O PDT, apesar de ter sido comprimido na votação inexpressiva que Leonel Brizola alcançou e perdendo suas bases políticas no Rio Grande do Sul para o PT, marcou presença nas eleições para o governo de vários Estados.

O partido já elegeu candidatos em dois deles: Mato Grosso (Dante de Oliveira) e no Paraná (Jaime Lerner), e está disputando o segundo turno em mais cinco outros: Rio de Janeiro (Anthony Garotinho), São Paulo (Francisco Rossi), Paraíba (Lúcia Braga), Rondônia (Chiquilito) e Sergipe (Jackson Barreto).

SEGUNDO TURNO

FRENTE PODE ELEGER CINCO GOVERNADORES

Frente disputa segundo turno no Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Brasília e Sergipe

Contados os votos, a Frente Brasil Popular se apressa para a maratona do segundo turno nos Estados do Rio Grande do Sul (Olívio Dutra-PT), Espírito Santo (Victor Buaiz-PT), Brasília (Cristovam Buarque-PT) e Amapá (João Capiberibe-PSB), além de Sergipe, onde a Frente apoia a candidatura de Jackson Barreto do PDT.

Nesta nova fase já se pode verificar algumas alterações no quadro partidário e as disposições de outros partidos em apoiar os candidatos da Frente.

No Rio Grande do Sul — o único Estado onde Lula venceu Fernando Henrique — o PT disputa o segundo turno com Antonio Britto (PMDB), que foi o primeiro colocado com 49,2% dos votos, seguido do candidato petista que ficou com 34,70%.

A candidatura de Olívio Dutra que já vinha crescendo dias antes da eleição, deve ganhar novo fôlego com o apoio do PDT, do PTB e mesmo do PPR. O Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro são as duas regiões em que o partido de Leonel Brizola plantou as ba-

ses mais fortes e é possível que o apoio a Olívio Dutra seja colocado como contrapartida ao apoio do PT carioca a Anthony Garotinho. Olívio Dutra diz que o PDT no Estado apesar de ter perdido muito terreno, ainda deve ser respeitado, assim como PTB, que deve ser atraído para o campo democrático e popular". A idéia é mostrar que, mantendo o conteúdo do programa de governo, o PT é "uma alternativa que tirou suas forças do movimento sindical, popular e que tem condições de se expandir". Segundo ele, o governo do PT no Rio Grande do Sul será exercido para todos os cidadãos gaúchos, sem exclusões, da mesma forma como foi feito na prefeitura de Porto Alegre.

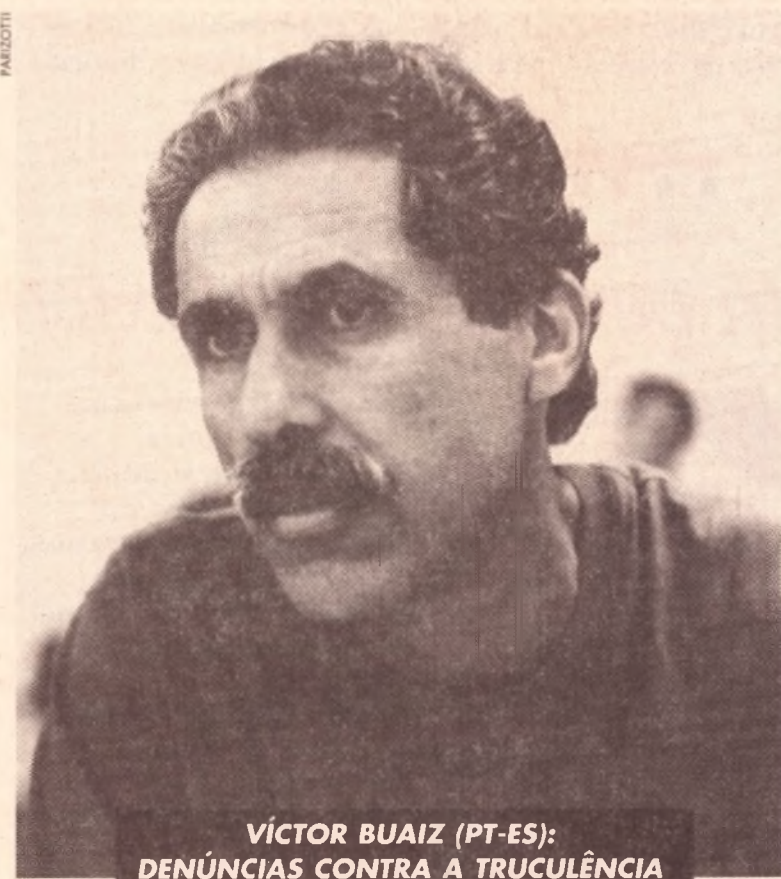
BUAIZ E CRISTOVAM BUARQUE TAMBÉM QUEREM AMPLIAR APOIOS

No caso do Espírito Santo, as pesquisas de opinião chega-

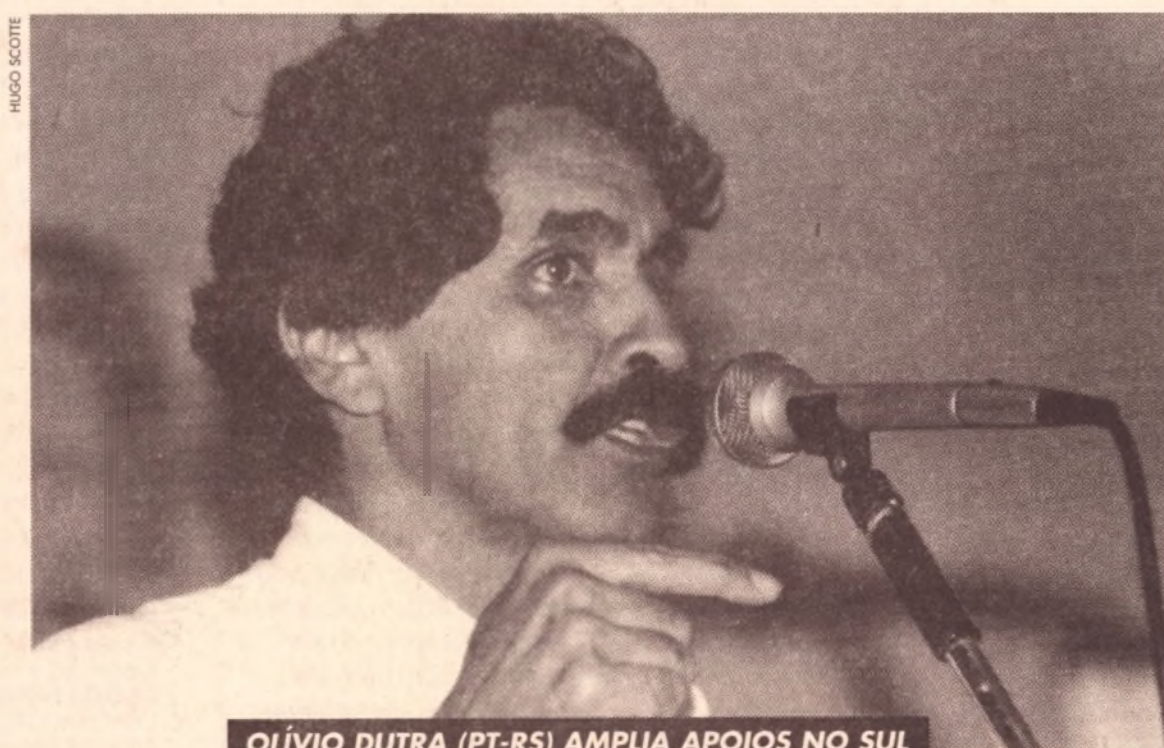


MIGUEL ARRAES (PSB-PE), ELEITO NO PRIMEIRO TURNO

EM 10 DE OUTUBRO VÍCTOR BUAIZ E OLÍVIO DUTRA COMPARECERAM À UMA REUNIÃO DA EXECUTIVA DO PT EM SÃO PAULO. DEPOIS DA REUNIÃO FALARAM À IMPRENSA SOBRE O MOMENTO POLÍTICO DE SEUS RESPECTIVOS ESTADOS, AS ESTRATÉGIAS DE SUAS CAMPANHAS PARA O SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR E SUAS REAIS CHÂNCES DE VENCEREM. TENDO EM COMUM O FATO DE TEREM SIDO PREFEITOS DAS CAPITAIS DE SEUS ESTADOS E DE TEREM QUE COSTURAR ALIANÇAS ELEITORAIS QUE TALVEZ PAREÇAM HETEROTODOXAS DEMAIS PARA SETORES DO PT, OS DOIS CANDIDATOS AFIAM SUAS ARMAS E MOSTRAM-SE PREPARADOS E ANSIOSOS PARA A DISPUTA.



VÍCTOR BUAIZ (PT-ES): DENÚNCIAS CONTRA A TRUCULÊNCIA



OLÍVIO DUTRA (PT-RS) AMPLIA APOIOS NO SUL

ram a apontar o candidato do PT como vencedor no primeiro turno, mas a decisão foi adiada para 15 de novembro, com Víctor Buaiz somando 46,50% dos votos, e seu adversário Dejáir Camata (PSD), com apenas 27,30%. Neste Estado a coligação inclui, além do PT, o PSB e o PC do B.

Para o segundo turno Buaiz poderá contar com o apoio do PSDB, PDT, PMDB, PMN e de vários prefeitos que já manifestaram intenção de lutar pela candidatura petista. As chances de eleger um governador petista no Estado são muito grandes, já que no primeiro turno Buaiz foi o mais votado na maioria absoluta dos municípios capixabas e conquistou cerca de 70% dos votos na capital do Estado. No Espírito Santo a disputa está polarizada entre um candidato progressista e uma candidatura que promete manter inalterados os privilégios das elites.

Em Brasília, Cristovam Buarque, que até poucos dias da eleição estava em terceiro lugar nas pesquisas, atrás de Maria de Lourdes Abadia,

candidata do PSDB, apoiada pelo PPR, conseguiu reverter o quadro e chegar em condição de igualdade com Valmir Campelo (PTB). Buarque acabou totalizando 37,10% dos votos, contra 39,70% de seu concorrente e já conquistou o apoio de Maria Abadia.

Mesmo contrariando a decisão da Executiva do PSDB de se manter neutro no segundo turno em Brasília, Abadia declarou que "não é uma tucana de ficar em cima do muro", e que "apenas Cristovam Buarque pode representar alguma mudança". Não surtiu efeito nem o pedido particular de Pimenta da Veiga, presidente do PSDB, para que a candidata derrotada mantivesse a neutralidade. Sem qualquer negociação oficial o próprio PPR liberou seus eleitores para votarem no candidato petista.

O maior derrotado nas eleições em Brasília é o atual governador, Joaquim Roriz, que participou como verdadeiro cabo eleitoral de Valmir Campelo, apostando que seu candidato liquidasse a fatura ainda no primeiro turno.

RIO GRANDE DO SUL

UMA NOVA DEMOCRACIA

Emília Fernandes (PTB), candidata vitoriosa ao Senado pelo Rio Grande do Sul já manifestou seu apoio a Olívio Dutra, da mesma forma que alguns prefeitos, um deles pelo menos integrante do PPR. Para Olívio Dutra, esta situação, que em termos nacionais pode parecer uma perigosa união dos contrários, é explicada pelas especificidades da política gaúcha.

"Nossa proposta está em franco processo de crescimento. Apesar de todas as pesquisas dizerem o contrário, sempre tivemos condições de disputar o segundo turno e vamos reunir condições de vencer. No Rio Grande do Sul o antigo trabalhismo é uma força combatida, mas ainda respeitável, que se espalha pelo PDT, pelo PTB, pelo PMDB e mesmo por outros partidos. Temos que atrair esta força para o campo democrático e popular, o que não significa, de forma alguma, abrir mão de nossos princípios. Por outro lado, nossa proposta de realizar um governo transparente, transformador e participativo, que não discrimine nenhum cidadão, nem mesmo aqueles que pensam diferente, é aspiração da maioria dos eleitores. Já provamos que podemos fazer um governo deste tipo, ao passo que o ex-ministro da Previdência tem ao seu lado as forças políticas que foram governo, que são governo e que não resolveram os graves problemas da sociedade. O confronto é inevitável e o eleitor, mesmo que seja mais conservador, tende a se aproximar de nossa proposta", declara.

Olívio Dutra explica que as últimas pesquisas demonstram que pelo menos 30% dos eleitores de Antônio Britto estão dispostos a mudarem seu voto. Além disso, no Rio Grande do Sul os votos brancos, nulos e as abstenções somam mais de 1.300.000 votos, que ele pretende disputar "taco a taco". Outro ponto positivo que destaca é que no segundo turno o tempo do programa eleitoral gratuito da Frente Brasil Po-

pular passará de dois minutos e meio para mais de sete minutos, enquanto que o tempo do adversário permanecerá o mesmo.

"Nossa proposta passa pela discussão com a comunidade, com a realização de caravanas, comícios e atos, mas o horário político é importante e o fato de aumentar nos ajudará mais ainda".

A Frente Brasil Popular gaúcha é formada pelo PT, PSB, PPS, PC do B, PSTU, PC e PV. Conseguiu duplicar a bancada na Assembleia Legislativa, onde passou de cinco para dez deputados (num total de 33) e conseguiu ampliar a bancada federal de cinco para sete deputados. Da mesma forma que Buaiz, o candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul também assinala o fato de ter sido prefeito da capital como um grande canal de comunicação com os prefeitos e comunidades do interior do Estado.

"Durante nossa gestão tiramos o salto alto e participamos lado a lado com os prefeitos do interior nas reivindicações frente ao governo estadual e federal. Fui presidente da Associação de Municípios da Grande Porto Alegre, formada por 23 cidades e conseguimos mostrar respeito a todas as posições e unidade na ação. Nossas propostas para agricultura, ciência, tecnologia e outros setores também atraem a atenção de vastos setores da população que originalmente não se identificariam com o PT. Tudo isto nos leva a crer que a partir de janeiro teremos no Rio Grande do Sul um governo transparente, transformador e participativo, que não exclui nenhum cidadão", concluiu.

ESPÍRITO SANTO

DERROTAR A BARBÁRIE

No Espírito Santo as pesquisas indicavam uma vitória de Victor Buaiz no primeiro turno. Entretanto, nos últimos dias da campanha houve a união do ex-governador Max Mauro, com forças políticas da extrema-direita e parcela considerável da contravenção (jogo do bicho), que arrecadou grandes recursos e deu fôlego para a campanha de Dejáir Camata (PSD), que obteve uma quantidade de votos bem inferior a do candidato petista.

Camata é o candidato da barbárie. Existem declarações suas apoiando o massacre da Candelária. Sua campanha foi feita com base na truculência, na promessa de resolver problemas sociais através do arbítrio e da violência. Em certos locais, policiais fardados e armados fizeram sua boca de urna, intimidando fiscais, militantes e eleitores. Anda sempre acompanhado de uma vara de gurumbumba (planta local) dizendo que vai espancar pessoalmente os funcionários públicos que o desobedecerem e vez por outra acena com ameaças de matar marginais e bandidos. Em torno de sua candidatura houve uma forte articulação da direita, que contou inclusive com o renascimento da UDR. "Em situações nor-

mais, Camata seria apenas um tipo folclórico. Entretanto, numa sociedade com características de desagregação social, torna-se capaz de articular setores que normalmente escolheriam outras opções políticas menos agressivas com o voto dos que se encontram à margem do processo polí-

tico. Por isto, é bastante perigoso", diz Buaiz.

Para o candidato do PT, a perspectiva remota, mas possível, de alguém como Camata assumir o governo leva as outras forças políticas a se aproximarem de sua candidatura. No primeiro turno a Frente que o apoiou foi formada pelo PT, PSB e PC do B. Atualmente, existem entendimentos bastante adiantados com setores do PSDB, PDT, PPS, PMDB e PMN.

"Nossa intenção é ampliar o conselho político da frente para abrigar estes novos aliados. O prefeito de Vitória, que é do PSDB, já manifestou seu apoio a nossa candidatura. Todas as forças políticas responsáveis do Estado procurarão a unidade para evitar o retrocesso representado pela candidatura Camata. De nossa parte, vamos sensibilizar a militância e a sociedade para este perigo, sem abrir mão de nossas propostas básicas. Neste momento, existe uma certa perplexidade no eleitorado com o resultado, pois todos esperavam que não houvesse segundo turno. Além disso, o fato de já ter sido prefeito da capital abre duas perspectivas diferentes, como aconteceu também no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, podemos demonstrar nosso trabalho e em Vitória tivemos 70% dos votos. Em segundo, durante nossa gestão, entramos em contato com todos os prefeitos do Espírito Santo, articulando ações de caráter intermunicipal e estadual.

Estas ações mostraram na prática que faremos um governo que respeitará e não discriminará os adversários e, por isto, são vários os prefeitos, de todos os partidos, que já manifestaram seu apoio à nossa candidatura. O Espírito Santo tem 71 municípios e em 80% deles os resultados nos foram favoráveis. Esta tendência deve se aprofundar no segundo turno e por estas razões tenho certeza na vitória", conclui.

BRASIL AGORA

NEOLIBERALISMO

NÃO RIAS DE MIM ARGENTINA

O Brasil ingressa na modernidade capitalista com o presidente eleito alinhado ao neoliberalismo

Embora o Brasil tenha resistido mais que outros países da América Latina (Chile, Argentina, México) a adotar como modelo de financiamento e desenvolvimento a doutrina neoliberal, o presidente eleito chega ao Palácio do Planalto com a explícita intenção de integrar o país ao bloco dos que devem seguir a cartilha do chamado Consenso de Washington. As bases da política econômica de Fernando Collor já apontavam para isso: abertura do mercado para as importações, privatização das empresas estatais e a idéia de instalar no Brasil um Estado mínimo. Com a implantação do Plano Real e analisando o programa de governo apresentado pelo candidato tucano fica claro que novamente o país deve trilhar os rumos escolhidos pelas grandes potências, sob o risco de não constar na lista dos que serão beneficiados por

investimentos externos.

Essa é uma discussão antiga, mas que mantém a mesma lógica de dominação e exploração de quando a ordem do capitalismo internacional era montar um Estado forte, centralizador, que levou a América Latina aos mais altos índices de miséria, evasão de divisas e a acumular uma dívida externa sem precedentes. Esgotado esse modelo, a nova ordem é estabelecer o mercado como regulador, agregando novas formulações como a globalização ou a internacionalização da economia, a limitação da ação do Estado e a necessidade de estabilização monetária, via dolarização, como aconteceu na Argentina, através do Plano Cavallo. Todos esses quesitos podem ser encontrados no Plano Real e nas medidas complementares que a ele se seguiram.

Esse novo discurso do capitalismo internacional ancorou na candidatura tucana e obteve um êxito razoável enquanto caminho a ser seguido para o desenvolvimento econômico e social.

Não é a toa que na 50ª Conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), ocorrida agora em outubro, redigiu-se uma manifestação de solidariedade ao novo pre-

sidente do Brasil, assinalando o caminho aberto nas eleições para a integração do país à economia de mercado.

DESEMPREGO: O MAL DESTE FIM DE SÉCULO

Ao contrário do que apregoa o FMI e o BIRD, a Conferência das Nações Unidas so-

bre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) mostra, em relatório divulgado em setembro, que o receituário neoliberal, preocupado em buscar a estabilização econômica, deixa de lado a questão da demanda. Em

ção de renda, alto nível de emprego e moeda estável.

Na Argentina, depois da implantação do plano Cavallo, as taxas de desemprego dobraram, afetando sobretudo a classe média. As exportações cresceram, mas não foram suficientes para manter equilibrada a balança, que deve chegar a um déficit de cerca de US\$ 5 bilhões até o final do ano, acu-

mulado desde que o peso foi colocado em paridade com o dólar. No México, a situação de desemprego também é dramática e o déficit é ainda maior: US\$ 24 bilhões.

Isso leva a crer que nos próximos anos estaremos mergulhados em situação semelhante, com um aumento considerável do desemprego, sem que as medidas adotadas possam solucionar a grande questão apontada pelo Programa de Governo de Lula: a inserção de um grande contingente de pessoas hoje afastado da produção e do consumo, excluídos da cidadania, sem acesso à justiça, à rede escolar, ao sistema de saúde ou a qualquer forma de proteção social.

EMÍLIO ALONSO



JANUÁRIO / DA SILVA



ARTIGO

CARLOS NUÑEZ

Nem tudo está perdido no México

Os resultados oficiais das eleições para presidente no México mostram uma contundente vitória do PRI-Governo, causando surpresa, sobretudo porque era notório o desejo de mudança em qualquer ambiente, lugar ou região. Os taxistas, funcionários, gente comum, expressavam espontaneamente (ou quase) seu repúdio à mentira, ao estabelecido — em resumo, ao PRI-Governo.

Além disso, os estudos sérios (não as pesquisas manipuladas), as cifras dos partidos e os encerramentos de campanha apontavam para um “empate técnico triplice”, ou seja, resultados muito semelhantes para os três partidos mais importantes.

Foi uma vitória do medo? Venceu a fraude a “conta-gotas”? Funcionou a esmagadora máquina publicitária — agressiva, cara, desigual, imoral — em favor do candidato oficial? Foi uma combinação de tudo isso, numa hábil estratégia do poder?

Acredito que sim: a combinação de todos esses

fatores parece ser a estratégia implementada pelo PRI-Governo.

Esse medo à mudança, aliado à crise, desestabilização, fuga de capitais, ingovernabilidade... enfim, caos e violência, foi claramente manipulado pela propaganda oficial e seus porta-vozes nos meios de comunicação, especialmente — ou quase só — contra Cuauhtémoc Cárdenas e o PRD.

Com respeito à fraude: como deixar de pensar no que aconteceu, se agora é confessado com cinismo pelos próprios autores e responsáveis? Como desconhecer as denúncias nunca plenamente esclarecidas sobre “alterações de padrão”? A existência de mais de um milhão de homônimos, considerada um “mero acaso”, foi alvo de protestos de analistas, articulistas, cartunistas, etc., dos poucos meios de comunicação independentes, mas, tal como outras “falhas de padrão”, isso foi legitimado pela avalanche de

AGORA, NÃO SE TRATA DE ‘TOMAR O PODER’ PELA MAGIA DOS VOTOS, NUM DIA, A CADA TRÊS OU SEIS ANOS

comentaristas “oficiosos” e por diversas auditorias de empresas ligadas ao sistema.

Se todos esses fatores são corretos, se a combinação de elementos não casuais, mas pensados e dirigidos com finalidade estratégica pelos detentores do poder, produziram esta “surpreendente” vitória do PRI, o que devemos fazer, nós que acreditamos, queremos e lutamos pela democracia?

Não é hora de desânimo ou de nos resignarmos a um eterno governo priista. Sua força, sua astúcia, seus recursos (ainda que não sejam deles), suas fraudes, mentiras e falta de moral e ética não são invencíveis. Também não é o momento

de medidas desesperadas.

A lição é clara e evidente: é a criação da consciência crítica, é a educação cívica das massas; é a criação de uma nova prática e uma nova cultura na política, superando o velho vício do conjunturalismo eleitoral e da mera “agitação e propaganda” — apostar nessa estratégia é ter tudo para perder.

É preciso trabalhar (como sempre dissemos e fizemos) dia a dia, cotidianamente, no desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil e das organizações para a cidadania. Deve-se limpar a mente de tantos preconceitos, ignorância e os medos resultantes. Deve-se ajudar para que as pessoas entendam (e nós também) a relação entre as preocupações concretas individuais e a sociedade em seu conjunto. Deve-se conhecer e reconhecer o peso da subjetividade no comportamento do ser humano, considerado individual e socialmente. Deve-se continuar gerando

a consciência, organização e poder, desde a base e em todos os níveis. Não se trata de “tomar o poder” pela magia dos votos, num dia a cada três ou seis anos.

Somente mudando nossa concepção e prática políticas; somente reconhecendo e atuando no desenvolvimento da sociedade civil e no fortalecimento das organizações para a cidadania e políticas, com consciência ética e eficiência; somente decidindo-nos a derrotar a desesperança, o desânimo ou o desespero; somente com unidade, sem vaidade; com abertura, pluralismo e tolerância; somente assim poderemos — e mais rápido que pensamos — finalmente derrotar a miséria, a mentira, a fraude e a prepotência com as quais nos mantêm dominados o PRI-Governo — que acabou de nos dar mais uma dose de sua receita, ainda que a “conta-gotas”.

CARLOS NUÑEZ É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA AMÉRICA LATINA

MÉXICO

FRAUDES E MORTES NA ELEIÇÃO MEXICANA

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano é tudo o que o PFL gostaria de ser quando for adulto. No poder há 65 anos, o PRI formou uma enorme rede de tráfico de influência, corrupção e intimidação, esmagando com sua máquina eleitoral os partidos e organizações oposicionistas. Na eleição de 21 de agosto (ver matéria ao lado), através da fraude a “conta-gotas”, obteve 50% dos votos, elegendo Ernesto Zedillo para a presidência e conquistando 300 das 500 cadeiras no Congresso.

Zedillo surgiu como o candidato da “continuidade com estabilidade”, tentando se apresentar como algo novo, um político distanciado dos “dinossauros” do PRI — e, ao mesmo tempo, usando a estrutura de dominação do partido. Duas semanas depois, a velha guarda priista, provavelmente aliada aos narcotraficantes, demonstrou quem realmente manda no governo.

O secretário geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, foi morto a tiros quando saía para uma reunião com o líder do Partido Revolucionário Democrático (PRD), Porfirio Muñoz Ledo. Massieu, que seria o líder da maioria na Assembléia, era considerado como a ponte com os partidos oposicionistas — em especial com os rebeldes camponeses do estado de Chiapas — e buscava o afastamento dos dirigentes do PRI mais comprometidos com a corrupção. Há seis meses, também foi assassinado o candidato à presidência pelo PRI, Luis Donaldo Colosio. Coincidentemente, Massieu e Colosio defendiam a mesma estratégia de renovação contra a velha guarda priista.